



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DIOGO DA COSTA PEIXOTO

**ANÁLISE DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MANTIQUEIRA COMO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA**

MONOGRAFIA DE CONCLUSÃO DE CURSO

SEROPÉDICA, 2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

DIOGO DA COSTA PEIXOTO

**ANÁLISE DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MANTIQUEIRA COMO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA**

Monografia de Conclusão de Curso apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Karine Bueno Vargas

SEROPÉDICA, 2019

**ANÁLISE DO MOSAICO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
MANTIQUEIRA COMO MODELO DE GESTÃO INTEGRADA**

Diogo da Costa Peixoto

Orientadora: Prof^a Dr^a Karine Bueno Vargas

Monografia submetida à avaliação como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia do curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Avaliadora:

Prof^a Dra. Karine Bueno Vargas

Orientadora

Prof^a Dra. Sarah Lawall

Prof^o Dr. Heitor Soares de Farias

Seropédica, 5 de julho de 2019.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, irmã e demais familiares pelo apoio, amor e carinho ao longo do curso. À minha namorada pelo companheirismo e amor nos últimos anos.

Aos amigos da Geografia pelos momentos e aprendizados vividos. Aos companheiros de república pelo companheirismo e fraternidade.

Ao Luis Felipe César da Crescente Fértil pelo apoio na realização do trabalho.

À minha orientadora e demais professores do DGEO e do DCA pelo esforço em transmitir seus ensinamentos e contribuírem para a minha formação.

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo principal analisar a constituição do Mosaico Mantiqueira como modelo de gestão integrada de Unidades de Conservação, como prevê o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Inicialmente será tratada a temática do modelo de conservação e instituição de áreas protegidas no mundo, e posteriormente as políticas ambientais no Brasil, seguido do levantamento histórico evolutivo do SNUC, dos Mosaicos de Unidades de Conservação – MUCs, com ênfase ao Mosaico Mantiqueira. A presente pesquisa pretende ainda diagnosticar os problemas e desafios que as UCs encontram, bem como se deu a instituição dos MUCs no Brasil e as atividades e mecanismos que o Mosaico Mantiqueira utiliza. O estudo teve como desenvolvimento metodológico o levantamento de bibliografia específica a temática, com aprofundamento na revisão de MUCs e especificamente ao Mosaico Mantiqueira, e as UCs que compõem o mosaico. Ainda foram realizadas entrevistas via *Google Forms* com gestores das UCs que compõem o mosaico, a fim de compreender sob o ponto de vista do gestor a importância e contribuição da instituição do mosaico, bem como a integração entre as UCs que o compõem. Foi verificado que o Mosaico Mantiqueira apresenta baixo grau de implementação, apesar da regularidade nas reuniões do Conselho Consultivo e de atividades desenvolvidas na região do mosaico.

Palavras-chaves: Unidades de Conservação, Mosaicos de Unidades de Conservação, Gestão Integrada, Políticas Ambientais.

ABSTRACT

The main objective of this monograph is to analyze the constitution of the Mantiqueira Mosaic as a model for the integrated management of Conservation Units, as foreseen by the National System of Conservation Units (SNUC). Initially the theme of the conservation model and institution of protected areas in the world will be dealt with, followed by the environmental policies in Brazil, followed by the historical evolution of the SNUC, the Conservation Unit Mosaics - MUCs , with emphasis on the Mantiqueira Mosaic. The present research also intends to diagnose the problems and challenges that UCs find, as well as the institution of the MUCs in Brazil and the activities and mechanisms that Mosaic Mantiqueira uses. The study is methodological development raising specific bibliography theme, with the deepening MUCs review and specifically to Mantiqueira Mosaic, and the CUs that make up the mosaic. Further interviews were conducted via *Google Forms* with managers of the UCs that make up the mosaic, in order to understand from the point of view of the manager the importance and contribution of the mosaic institution, as well as the integration among the UCs that compose it. It was verified that the Mosaic Mantiqueira presents low degree of implementation , despite the regularity in the meetings of the Consultative Council and of activities developed in the mosaic region.

Keywords: Conservation Units, Conservation Unit Mosaics, Integrated Management, Environmental Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN – Academia Militar das Agulhas Negras
AMAR – Agência do Meio Ambiente de Resende
APA – Área de Proteção Ambiental
CCMM – Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira
CF – Constituição Federal
ESEC – Estação Ecológica
FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza
FLONA – Floresta Nacional
FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente
FUNAI – Fundação Nacional do Índio
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEF – Instituto Estadual de Florestas – Estado de Minas Gerais
INEA – Instituto Estadual do Ambiente – Estado do Rio de Janeiro
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
INPE/CPTEC – Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MUC – Mosaico de Unidades de Conservação
NURUC – Núcleo de Unidades de Conservação
PARNA – Parque Nacional
PE – Parque Estadual
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REMAP – Rede de Mosaico de Áreas Protegidas
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TI – Terra Indígena
UC – Unidades de Conservação

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fluxograma Metodológico _____	14
Figura 2: Participantes da 44ª Reunião do CCMM _____	15
Figura 3: Unidades de Conservação do Mosaico Mantiqueira _____	34
Figura 4: Estrutura do Conselho _____	36
Figura 5: PARNA Itatiaia - Pico das Agulhas Negras _____	38
Figura 6: Mapa de zoneamento da APASM _____	39
Figura 7: APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul – Represa Paraibuna _____	39
Figura 8: FLONA de Lorena _____	40
Figura 9: FLONA Passa Quatro – Cachoeira de Iporã _____	41
Figura 10: PE Serra do Papagaio _____	41
Figura 11: APA Fernão Dias _____	42
Figura 12: PE de Campos do Jordão _____	43
Figura 13: PE Mananciais de Campos do Jordão _____	43
Figura 14: Mapa APA Campos do Jordão e APA Sapucaí Mirim _____	44
Figura 15: APA Sapucaí Mirim _____	45
Figura 16: APA São Francisco Xavier _____	45
Figura 17: MONA Pedra do Baú _____	46
Figura 18: PE Pedra Selada _____	46
Figura 19: APA Serrinha do Alambari – Pedra Sonora _____	47
Figura 20: ParFumaça – Cachoeira da Fumaça _____	47
Figura 21: RPPN Ave Lavrinha _____	48
Figura 22: Alto Gamarra _____	49
Figura 23: RPPN Mitra do Bispo _____	49
Figura 24: Cartaz Campanha Fogo bão é no fogão _____	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de UCs pré-SNUC _____	26
Tabela 2: UCs de Proteção Integral _____	28
Tabela 3: UCs de Uso Sustentável _____	28
Tabela 4: MUCs reconhecidos pelo MMA _____	31
Tabela 5: Pergunta “O que você entende por Mosaico de UCs? (resposta livre)” _____	50
Tabela 6: Pergunta “Quais desses pontos você acredita que a instituição do Mosaico Mantiqueira fortaleceu na UC em que trabalha?” _____	51
Tabela 7: Pergunta “Quais são os principais problemas/conflitos que a UC que você trabalha sofre? (resposta livre)” _____	52
Tabela :8 Pergunta “Como você acredita que possam ser superados, ou ao menos mitigados esses problemas diante a colaboração e articulação das UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira? (resposta livre)” _____	52
Tabela 9: Pergunta “Você teria sugestões para um melhor funcionamento do Mosaico Mantiqueira como unidade integradora de UCs? (resposta livre)” _____	53
Tabela 10: Pergunta “Que tipo de projetos a Organização da qual faz parte desenvolve nas UCs e na região do Mosaico Mantiqueira?” _____	53
Tabela 11: Pergunta “Como você acredita que possam ser superados, ou ao menos mitigados os problemas, diante a colaboração e atuação da Organização da qual faz parte nas UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira?” _____	53
Tabela 12: Presença de conselheiros nas reuniões. _____	54
Tabela 13: Municípios das reuniões do Conselho do Mosaico	

SUMÁRIO

1. Introdução

2. Objetivos

2.1. Objetivo Geral

2.2. Objetivos Específicos

3. Materiais e Métodos

4. Referencial Teórico

4.1. Conservação Ambiental e a Criação de Áreas Protegidas

4.2. A Legislação Ambiental e Áreas Protegidas no Brasil

4.2.1. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil

4.2.2. A criação do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

4.3. Mosaico de Unidades de Conservação

5. Localização e Caracterização da Área de Estudo

5.1. Mosaico Mantiqueira

5.2. UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira

6. Resultados e Discussões

7. Considerações Finais

8. Referências Bibliográficas

ANEXOS

1. INTRODUÇÃO

Atualmente as preocupações com a preservação e conservação de ecossistemas e recursos naturais tem se tornado cada vez mais frequentes, a sensibilização quanto às questões ambientais evidencia que no atual modelo de produção, é preciso conservar tais recursos para que se possa garantir uma estabilidade ecológica no planeta.

Uma das medidas que vem sendo adotada é a criação de áreas protegidas. No Brasil, a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 foi o ponto a pé inicial nesse tipo de política conservacionista. A criação de uma área protegida garante o controle do Estado sob as atividades que serão desenvolvidas nessa área, bem como no seu entorno.

Com o passar do tempo, no Brasil outros tipos de áreas protegidas foram criadas, tendo como preocupação a conservação de um ecossistema e sua biodiversidade. Mas foi só em 2000 com a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, que houve então uma sistematização quanto aos tipos de áreas, as características que elas deveriam ter, definindo categorizações, propósitos e orientações para a criação de UCs, bem como diretrizes para as atividades que poderiam ser desenvolvidas nas UCs de acordo com sua categoria.

Buscando estreitar as relações entre UCs com distâncias próximas, a criação de um Mosaico de Unidades de Conservação – MUC, possibilita que os gestores de diferentes UCs pensem em estratégias em conjunto para garantir maior eficácia na implementação das UCs e, aproximando-os para que possam ser desenvolvidas atividades que beneficiem as UCs num contexto regional.

O Mosaico da Mantiqueira foi criado em 2006, reunindo 19 UCs federais, estaduais e municipais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais na região da Serra da Mantiqueira.

O presente trabalho se propõe em analisar o funcionamento do Mosaico Mantiqueira desde sua criação, bem como as atividades desenvolvidas, a percepção dos gestores das UCs que compõem o mosaico sobre o ponto da vista gestão integrada e as problemáticas enfrentadas para a manutenção das UCs e na sua integração com as demais. Realizando um panorama das políticas ambientais brasileiras e suas origens até a criação do SNUC.

Como suporte a análise do Mosaico Mantiqueira, foi aplicado um questionário a alguns membros do Conselho Consultivo do mosaico, para compreender a sua visão

sobre o papel da gestão integrada por mosaicos. Sendo ainda observada presencialmente a primeira reunião de 2019 do Conselho Consultivo, buscando verificar como se dá o planejamento das atividades a serem desenvolvidas na região do mosaico.

A implementação de novas UCs, bem como, a implementação de novos MUCs no país passa por problemas de falta de recursos financeiros e pessoal, conflitos com populações que residem na área ou ao entorno de ecossistemas que carecem de proteção, além de problemas com regularização fundiária, exploração de recursos naturais de forma criminosa, sem autorização dos órgãos competentes e em áreas que muitas vezes pertencem ao Estado.

Ainda observam-se no cenário atual, fortes frentes políticas “não conservacionistas” que lutam pelo fim de UCs, órgãos ambientais e legislações ambientais, apresentando um grande retrocesso na política ambiental brasileira, onde sua luta em conjunto pela sociedade é capaz de reverter e frear esse quadro catastrófico ambiental em que vivemos.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

A pesquisa tem como objetivo analisar o funcionamento do Mosaico Mantiqueira como modelo de gestão integrada de Unidades de Conservação.

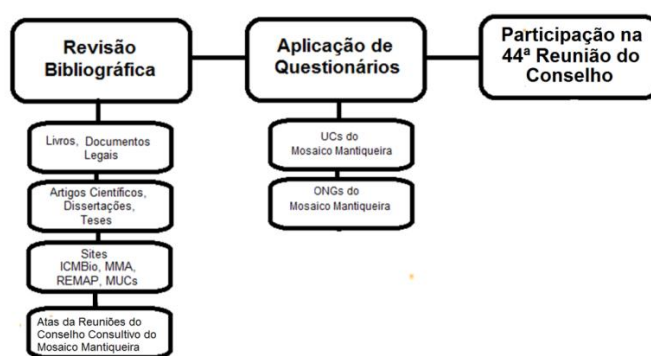
2.2. Objetivos Específicos

- Identificar os movimentos de preservação ambiental através da criação de áreas protegidas, e como se deu o desenvolvimento dessa prática ao longo da história.
- Compreender as políticas públicas ambientais adotadas no Brasil, como a criação do SNUC e um levantamento dos MUCs existentes no país e suas características.
- Analisar a estrutura do Mosaico Mantiqueira e identificar as características das UCs que o compõem.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A partir do interesse e das indagações a respeito da efetividade do Mosaico Mantiqueira, a respectiva pesquisa teve como ponto de partida uma ampla revisão bibliográfica entre os meses de agosto de 2018 e março de 2019.

Figura 1. Fluxograma Metodológico



Fonte: Organizado pelo autor

O levantamento bibliográfico consistiu em pesquisar livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos legais que tratassem da questão ambiental no Brasil, da instituição do SNUC, das experiências dos mosaicos no país e de estudos relacionados com a área do Mosaico Mantiqueira. Foram utilizadas como palavras-chave: mosaico de UCs, mosaico da Mantiqueira, gestão integrada, áreas protegidas no Brasil. A coleta de informações se deu também com o acesso nos sites do MMA, ICMBio, INEA, IEF-MG, Fundação Florestal, REMAP, além do site do próprio Mosaico Mantiqueira e das UCs do mosaico com página na internet.

Após o levantamento bibliográfico, este foi sistematizado de forma individualizada em um banco de dados, utilizando o método analítico descritivo para se chegar a um panorama geral dos mosaicos de UCs no Brasil, bem como a situação atual do Mosaico Mantiqueira.

Foi realizada a leitura das atas de todas as reuniões do Conselho disponíveis no site do Mosaico Mantiqueira. Tendo como objetivos fazer um levantamento da presença

dos conselheiros, relato das atividades desenvolvidas e demais informes dos conselheiros.

Dois questionários (Anexo1) foram aplicados, sendo um com os gestores das UCs que compõem o mosaico, e o outro com a ONG Crescente Fértil que faz parte do Coordenação Geral juntamente com o Parque Nacional do Itatiaia ambos na condição de adjuntos desde 2017. Os questionários consistiam em 12 perguntas, sendo algumas de resposta fechada e outras de resposta aberta. A aplicação dos questionários se deu no período de outubro de 2018 a dezembro de 2018, sendo que foi utilizada a plataforma *Google Forms* para a sua aplicação. Os dados provenientes da aplicação dos questionários foram analisados e organizados, resultando na confecção de gráficos contento informações referentes ao mosaico.

Houve também a participação para observação analítica na 44ª Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico da Mantiqueira (CCMM), realizada no dia 20 de março de 2019, no auditório do Museu Major Novaes no município de Cruzeiro no estado de São Paulo. A reunião contou com a presença de representantes das UCs Parque Nacional do Itatiaia, APA da Serra da Mantiqueira, Parque Estadual da Pedra Selada, APA Fernão Dias, Floresta Nacional de Passa Quatro, Parque Estadual de Campos do Jordão, Parque Estadual Serra do Papagaio, Monumento Natural Itaguapé, RPPN Ave Lavrinha e RPPN Pedra da Mina, além de Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Lorena.

Figura 2: Participantes da 44ª Reunião do CCMM



Fonte: ONG Crescente Fértil

Após a coleta de dados estes foram sistematizados para a análise e produção textual da monografia, no formato clássico, como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4.1. Conservação Ambiental e a Criação de Áreas Protegidas

Ao longo dos tempos a relação entre o homem e a natureza foi se modificando e se adaptando aos diferentes sistemas de organização econômica, política e social. Há de se levar em conta que os debates sobre a questão ambiental se acentuaram na segunda metade do século XX, mas essa discussão já ocorria há tempos bem mais distantes.

A Revolução Industrial foi um processo que modificou drasticamente as estruturas econômicas, políticas e sociais, e talvez seja o processo que mais interferiu na relação entre o homem e a natureza. Sobretudo se nos atentarmos que a grande força motriz e símbolo da Revolução Industrial foi o uso do carvão mineral, como combustível para as máquinas a vapor, possuindo forte poder de degradação ambiental, desde a sua mineração até a sua utilização como combustível, contribuindo com a poluição da água, do ar e do solo. A Revolução Industrial e conseqüentemente o modelo de produção capitalista, tornaram factuais os impactos e degradações resultantes do uso inadequado dos recursos naturais pelo homem.

Os impactos ambientais foram se tornando cada vez mais perceptíveis e problemáticos, e as discussões e novas concepções do uso dos recursos naturais começaram a ser tornar objetos de análises e estudos no século XIX. Mas o que é importante ressaltar que antes do século XIX, pontualmente em alguns locais a questão ambiental veio à tona diante problemas ambientais enfrentados por determinados grupos sociais, devido o uso indiscriminado do meio ambiente.

Na Idade Média havia uma preocupação com a preservação ambiental, mesmo que na época os conceitos ecológicos fossem bem prematuros. Como aponta Gimpel (1975), na Idade Média já surgiam àqueles que se contrapunham à destruição de florestas, pois já observavam a floresta como fonte de serviços ecossistêmicos e de provisão.

Segundo Gimpel (1975), na Europa o emprego da madeira na construção, o uso de carvão vegetal em fundições, refletiam no expressivo aumento do desmatamento de bosques e florestas. Sendo adotadas cotas e tributos pelo corte de árvores, e até mesmo na comuna italiana de Montaguloto a exigência do plantio de 10 árvores por ano pelo proprietário.

A ocupação europeia no continente americano via nas florestas o atrativo comercial da madeira e o subsolo fornecedor de riquezas minerais. O mundo natural era ainda hostil e o modo de vida dos povos tradicionais na América era antagônico ao europeu.

O incômodo gerado pela degradação ambiental já era percebido, “a incipiente urbanização concentrou populações em pequenos espaços, onde o acúmulo de lixo e dejetos humanos causou surtos de doenças. A peste e outros males foram expressão desses desequilíbrios ambientais[...]” (MINC, 1998. p 29). Mas ainda não havia o pensamento coletivo de proteção de áreas naturais. Os recursos que as florestas, bosques e rios forneciam eram consumidos sem a preocupação coletiva dos impactos ambientais gerados.

Nos séculos XVII a XIX, o desenvolvimento da História Natural teve apoio científico na ideia de que o homem não tinha direitos superiores à natureza, sobretudo após os estudos de Charles Darwin, que resultaram nas obras “Origem das Espécies” e “Descendência do Homem”, que consolidaram o ambientalismo e a ética ambiental, como indica Diegues (2001). O século XVIII assistiu à popularização da história natural por autores que escreviam no vernáculo e não em latim, e que visavam tanto divertir quanto instruir. (THOMAS, 2010. pg 399).

Os estudos do biólogo darwinista Ernest Haeckel, apresentavam a ideia de que os organismos vivos interagem entre si e com o seu meio físico, sendo esse o fundamento básico da noção de ecologia (DIEGUES, 2001; MINC, 1998). A compreensão de que o homem é parte da natureza e que suas ações alteram a dinâmica natural do meio, começam a ser aceitas e debatidas, o que é algo de grande importância, pois a aceitação da inserção do homem como elemento do meio natural, ajuda na sensibilização ambiental.

Um fato que sintetiza bem a evolução do pensamento preservacionista e da relação entre o homem e a natureza é a criação do Parque de Yellowstone nos EUA em 1872, o primeiro do mundo, o qual teve seu modelo incorporado por diversos outros países. A criação de Yellowstone é bastante representativa e um marco na delimitação de áreas protegidas, “isto se dá porque foram os trabalhos e o ativismo de pensadores, escritores e defensores norte-americanos de ambientes selvagens, que estimularam um clima intelectual favorável à criação do parque” (FRANCO, SCHITTINI e BRAZ. 2015, pg. 235).

No século XIX, a vida urbana começou a se tornar estressante e hostil, as áreas mais afastadas dos centros urbanos começaram a tornarem-se ambientes de fugas do cotidiano. Um local onde o homem se reconecta com a natureza, vive momentos de pura contemplação do mundo natural, tornando-se a natureza, elemento de recreação e lazer para uma crescente população urbana. Essa vida natural/selvagem conhecida como *wildernes*, ajuda a compreender melhor como se deu a instituição de áreas protegidas, e o ideal por trás desse novo modo de pensar.

A independência dos EUA acelerou a expansão rumo ao oeste americano, e posteriormente a criação de áreas protegidas. Os intelectuais americanos, viam essa valorização do meio natural como um suplemento à falta de um acervo histórico e cultural que existia na antiga metrópole europeia, afirmando a cultura e a identidade americana-(NASH, 2014 *apud* FRANCO, SCHITTINI e BRAZ, 2015 p. 236).

Desse modo, a expansão capitalista americana começou a conviver com um movimento de ativistas que tinham por interesse a proteção de determinadas áreas. E a partir desses movimentos a natureza assume um papel em que ela se apresenta não só como uma fonte de recursos econômicos, mas também como fonte de vida.

É importante ressaltar o nome de alguns importantes defensores da natureza que surgiram no século XIX no EUA. Homens que se contrapunham ao modelo de expansão que era empregado, e que defendiam a proteção de algumas áreas. O pintor George Catlin, preocupado com o avanço para o oeste, defendia que o governo deveria criar “parques governamentais” para a proteção de índios, búfalos e áreas virgens. (DIEGUES, 2001; FRANCO, SCHITTINI e BRAZ, 2015).

De acordo com Nash (2014) e Franco, Schittini e Braz, (2015), Catlin era preocupado com a extinção de animais silvestres e povos indígenas, e propunha como solução a criação de áreas protegidas, capazes de garantir a sobrevivência deles, e também, uma área de recreação para amantes da natureza

Henry David Thoreau foi também outro expoente defensor da criação de áreas protegidas, como aponta Franco, Schittini e Braz (2015, p. 237) “um dos principais expoentes do transcendentalismo romântico norte-americano”.

Mais outros dois nomes se destacaram quanto à temática de áreas protegidas no século XIX nos EUA, e que deram origem a dois distintos grupos de pensamento. O conservacionismo de Gifford Pinchot e o preservacionismo de John Muir, como ressalta Diegues:

Em termos teóricos nos Estados Unidos, no século XIX, havia duas visões de conservação do "mundo natural" que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir. Essas ideias tiveram grande importância no conservacionismo dentro e fora dos Estados Unidos. (DIEGUES, 2001. P. 28)

John Muir foi o principal articulador da corrente preservacionista, seguindo influência de Thoreau, Darwin, Haeckel e Marsh autor de “Man and Nature or Physical Geography as Modified by Human Action” publicado em 1864, que afirma que a terra é para o usufruto humano, não consumo ou degradação em uma crítica ao impacto da ação humana no meio ambiente (DIEGUES, 2001).

John Muir e os preservacionistas defendiam a proteção da natureza criando áreas protegidas, onde o uso humano se daria pela visita temporária, tendo uma apreciação estética e espiritual (DIEGUES 2001; FRANCO, SCHITTINI e BRAZ 2015). Ainda segundo Diegues (2001), para John Muir, “não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da alma divina que permeava a natureza.”, por isso a importância de se criar áreas de proteção para ele.

Os conservacionistas primavam pelo uso racional, democrático, direto e múltiplo dos recursos naturais, com o foco no manejo de florestas. (FRANCO, SCHITTINI e BRAZ, 2015). Gifford Pinchot foi o principal expoente do movimento conservacionista, que “acreditava que a conservação deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para benefício da maioria dos cidadãos.” (DIEGUES, 2001. p 29).

Como vimos para Pinchot as áreas protegidas criadas poderiam ser utilizadas para o uso consciente dos recursos. Percebe-se, portanto, o antagonismo entre o pensamento preservacionista e o conservacionista, sendo perceptível, com ambos tendo visões distintas da intenção para a criação de áreas protegidas.

Diferentemente do preservacionismo, que pressupõe a proteção integral de “áreas naturais” para apreciação estético-contemplativa, o conservacionismo impõe um valor de troca às riquezas naturais, regulando sua utilização através de leis mercadológicas de oferta e demanda e investindo na natureza como reserva monetária de médio e longo retorno. (OLIVEIRA, 2011. p 26)

O debate entre preservacionistas e conservacionistas contribuiu para o avanço na discussão da temática ambiental, e trilhou o caminho para a criação do parque de

Yellowstone. O modelo de parque como Yellowstone foi difundido pelo território americano e incorporado por outros países, entretanto esse modelo sofrera uma grande crítica, inclusive por parte dos preservacionistas puros (DIEGUES, 2001). A crítica se pautava na retirada de populações tradicionais que ali viviam, bem como a não residência humana nesses locais.

A criação dessas áreas protegidas foi concebida pela ótica urbana, “o conceito de 'wilderness' (mundo natural/selvagem) como terra intocada ou domesticada é, fundamentalmente, uma percepção urbana” (GOMEZ-POMPA e KAUS (1992) *apud* DIEGUES 2001). Enquanto os povos tradicionais tem uma vida não urbana, e mantém uma relação com o ambiente natural de forma diferente do homem urbano, desenvolve-se uma problemática na criação de áreas protegidas, já que está justamente no desacordo dessas duas visões, do indivíduo urbano que tem no ambiente natural uma fuga desse cotidiano urbano, e o indivíduo rural/tradicional, que mantém relações com a natureza bem mais profundas e pessoais.

A discussão da instituição de áreas ambientais protegidas deve ser encarada do ponto de vista econômico, político, social e cultural, sendo necessário também considerar os aspectos físicos da área. A mudança no regimento legal de uma área altera as relações de poder e fluxos na região, sendo essencial considerar as diferentes tensões que essas ações podem proporcionar. E a política ambiental que um determinado governo assume, se reflete no uso dos seus recursos naturais e na criação (ou não) de áreas de proteção ambiental.

Mesmo que já desde o século XIX houvesse uma preocupação com a degradação do ambiente natural, “o ambientalismo, como causa e efeito de uma profunda mudança de mentalidade, só há pouco começa a aparecer no significativo contexto da pós-II Guerra Mundial, basicamente nos anos 50 e 60” (MCCORMICK, 1992 *apud* LEIS e D'AMATO, 1994). O impacto das bombas no Japão foi grande, e a tensão de um mundo bi polarizado como fora durante a Guerra Fria atenuou esse cenário de alarme e espanto do poder de armas nucleares.

Vários autores, entre os quais Barbieri (2007), Bernardes e Ferreira (2003), Foladori (2001), Hobsbawm (2000), Mendonça (1998), Porto-Gonçalves (2002) e Ribeiro (2005), relacionam a gênese da atual preocupação ambiental mundial com o horror causado pela eclosão das nefastas bombas nucleares ao fim da Segunda Grande Guerra, e a certeza da capacidade de destruição macroescalar dos países mais poderosos do

centro do sistema capitalista. O Homem Moderno, “senhor e possuidor da natureza”, agora ameaçava sua própria sobrevivência, em escala planetária, devido às disputas de riqueza e poder (OLIVEIRA, 2011. p 12).

O debate das questões ambientais no século XX começou a tomar protagonismo, sobretudo porque os conflitos e desastres ambientais não mais atingiam uma escala local. O planejamento ambiental carecia de maior interação e diálogo, os desastres ambientais “cada vez mais globais ou ao menos transfronteiriços, não podiam ser enfrentados e resolvidos de maneira fragmentada, como se estivessem limitados unicamente às fronteiras nacionais” (FRANCO, SCHITTINI e BRAZ. 2015, p 243).

Os movimentos ecológicos e ambientais começam a ganhar força, e se aproximam do campo científico. Há um aumento nos estudos acadêmicos com a temática ambiental, em diversos campos do conhecimento. A questão ambiental passa a ser popularizar e o seu debate cada vez mais recorrente.

Embora as primeiras fases dos estudos de ecologia já tenham mais de um século, a penetração da preocupação ecológica na comunidade acadêmica está datada nos anos 50. Mencionemos que a idéia de ecossistema e a Teoria Geral dos Sistemas (da maior importância para a extensão da ecologia às ciências humanas e outros campos) pertencem a essa década (LEIS e D'AMATO, 1994).

Os movimentos ecológicos e ambientalistas agregam poder político, e tornam-se eles questionadores, assumindo um papel questionador do modo de vida em relação à degradação ambiental e inevitavelmente uma crítica ao *american way-of-life* (OLIVEIRA, 2011). Aponta Diegues (2001) que as agitações estudantis de outubro de 1968 na Europa e nos EUA elevam as questões ecológicas ao patamar de outras bandeiras de luta como o antimilitarismo. A força política desses movimentos tornou-se grande, e a partir da segunda metade do século XX o debate ambiental cada vez mais se torna protagonista e recorrente.

Enquanto os ambientalistas se limitavam em subir montanhas com sanduíches naturais nas mochilas, a criticar o crescimento industrial e escrever poesia sobre a morte de cachoeiras, eles eram considerados exóticos e líricos, mas não representavam ameaça. Quando o movimento ecológico se uniu aos cientistas, aos trabalhadores e aos estudantes,

conseguindo aprovar leis e ganhando ações na Justiça contra empresas poluidoras, passou a ser respeitado e ouvido (MINC, 1998. p 6)

A realização de eventos como a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92) no Rio de Janeiro em 1992 são importantes marcos da discussão da questão ambiental no mundo.

Os impactos desses dois eventos se refletiram na alteração da percepção que os governos tinham em relação ao uso dos recursos naturais, e contribuíram para o enriquecimento de legislações ambientais. A criação de dispositivos legais para a proteção de biomas, das águas, de ecossistemas importantes, bem como a criação de punições àqueles que de alguma forma assolassem o ambiente, e também estímulos a criação de alternativas de produção que impactassem menos o ambiente.

4.2. A Legislação Ambiental e as Áreas Protegidas no Brasil

O Brasil é reconhecido como um dos países mais ricos em biodiversidade. Os seus diferentes biomas apresentam uma grande variedade de espécies, sendo muitas delas raras e endêmicas. A compreensão e sensibilização da sociedade quanto à importância da proteção e manutenção de determinadas áreas naturais é fundamental para que estas possam desempenhar seu papel de fornecedoras da vida e contribuam para a manutenção do equilíbrio natural.

Contudo, a forte pressão na exploração dos recursos naturais no país contribuem para a ocorrência de desastres ambientais de grande impacto, pois “As florestas brasileiras representam um importante ativo econômico que infelizmente ao longo da história e ainda nos dias de hoje está sendo dilapidado por um modelo de exploração inadequado e ilegal.” (MEDEIROS e ARAÚJO, 2011. p. 61).

Ao analisarmos mais a fundo a própria ocupação do território brasileiro é bastante impactante, pois a massiva ocupação territorial ao longo do litoral reflete na alta devastação do bioma Mata Atlântica. Além de uma sensibilização da sociedade com a questão ambiental, legislações que fundamentem e afirmem os valores de proteção à natureza é necessário refletir e discutir sobre nossas relações com a natureza ainda nos dias hoje.

A evolução do movimento de proteção e as políticas públicas ambientais brasileiras até a formulação do SNUC (lei nº 9.985/00), e a ferramenta que ele apresenta no seu artigo 26 e no decreto nº 4.340/02 que trata do Mosaico de UCs serão tratados a seguir.

4.2.1. Evolução da Legislação Ambiental no Brasil

As preocupações com a proteção da natureza no Brasil são mais remotas, entretanto elas se acentuam somente no final do século XIX e início do século XX (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

Lopes e Vialôgo (2013) apontam que o Código Civil de 1916 foi pioneiro no trato da proteção ambiental, entretanto a história da conservação no Brasil é praticamente iniciada na década de 1930.

A criação de dispositivos legais como o Código Florestal (decreto nº 23.793/34), Código de Minas (decreto nº 24.642/34), Código de Águas (decreto 24.643/34) e o Código de Pesca (decreto-lei nº 794/38), na divisão feita por Monosowski (1989) se encaixa na primeira etapa das políticas públicas ambientais no Brasil. Essas etapas são: a administração dos recursos naturais; o controle da poluição industrial; o planejamento territorial; e a gestão integrada dos recursos naturais.

Com base no Código Florestal de 1934, foi criado em 1937 o Parque Nacional de Itatiaia, o primeiro do Brasil, e em 1939 foram criados o Parque Nacional da Serra dos Órgãos e o Parque Nacional do Iguaçu. A criação desses parques é uma das características dessa primeira etapa descrita por Monosowski, onde o Estado brasileiro exercia forte controle na apropriação dos recursos naturais (sendo proibida a ocupação residencial nessas áreas) levando em consideração ainda a crescente industrialização e urbanização que ocorria no Brasil. (GALLO JUNIOR e OLIVATO, 2005; PECCATIELLO, 2011).

Vale ressaltar que nessa época algumas importantes ONGs conservacionistas foram criadas, como Sociedade de Amigos de Árvores (1931), Sociedade de Amigos da Flora Brasílica (1939) e a Associação de Defesa da Fauna e Flora de São Paulo (1956). (FRANCO e DRUMMOND, 2009).

Todavia, “somente nos últimos 30 anos o Brasil experimentou um avanço maior na ação de conservação e no desenvolvimento da capacidade de conservação.” (MITTERMEIER et al, 2005. p. 14). Influenciada pela Conferência das Nações Unidas

para o Meio Ambiente em Estocolmo, 1972, sendo a segunda etapa descrita por Monoswski, que é quando as políticas públicas brasileiras são baseadas no controle da poluição industrial.

Viola e Vieira (1992) sobre o ambientalismo brasileiro, dividem a política ambiental brasileira em dois períodos. Sendo que o período entre 1971-1986 está associado a uma educação ambiental *lato sensu*. Onde era despendido um esforço para que se tivesse uma consciência pública quanto à degradação ambiental. Ainda apontam que diversos fatores exógenos (como o impacto de Estocolmo-72, a volta de exilados políticos, globalização da mídia, entre outros) e endógenos (a devastação ambiental como consequência do “milagre brasileiro”, a formação de uma nova classe média disposta a exigir qualidade de vida, entre outros) interagem para a gênese do movimento ambientalista brasileiro.

Na década de 70 houve a criação de novos parques e áreas protegidas no Brasil, impulsionados pela colaboração entre a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) criada em 1973 e ligada ao Ministério do Interior, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) criado em 1967 vinculado ao Ministério da Agricultura, e que tinha como atribuição a gestão de áreas protegidas. O resultado desses novos órgãos políticos gestores criados, resultou num aumento significativo no número de áreas protegidas no país, “a combinação de esforços da SEMA e do IBDF, de 1974 a 1989, levou à criação de 22 parques nacionais, 20 reservas biológicas e 25 estações ecológicas, num total de 144.180km² [...]” (MITTERMEIER, 2005, p. 15).

A etapa do planejamento territorial descrito por Monosowski (1989) é subsequente à segunda etapa, sendo desenvolvida também no decorrer da década de 1970. Há de se dizer sobre ela que

Essa etapa é caracterizada por uma urbanização intensa e por um crescimento acentuado das regiões metropolitanas, de forma que os recursos naturais se tornaram bens escassos, gerando uma maior atenção à necessidade de ordenação territorial como um instrumento de uma política preventiva dos impactos sobre o meio ambiente [...]. É importante ressaltar que as políticas ambientais, nesta abordagem, continuam urbanas, permanecendo o espaço rural “fora de qualquer controle, para que seus recursos se prestem às formas de apropriação mais rentáveis a curto prazo” (MONOSOWSKI, 1989, p. 21 apud PECCATIELLO, 2011, p. 74).

A etapa de gestão integrada de recursos tem início com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº6938/81), que resultou na criação do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente), órgão deliberativo e consultivo, e vinculado a ao SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente), que é composto por órgãos colegiados e executivos dos diferentes níveis de governo. Além da criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em 1985, responsável por coordenar as políticas ambientais do governo. (PECCATIELLO, 2011).

Referente aos períodos da política ambiental brasileira proposto por Viola e Vieira (1992), o período entre 1987 e 1991 é onde “[...] a atividade política passa gradualmente ao estágio de institucionalização.” (VIOLA e VIEIRA, 1992, p. 89). O modelo de desenvolvimento do país é então questionado, e encarado como causador de degradações ambientais.

Com o fim do período da Ditadura Empresarial-Militar no Brasil, uma nova constituição foi promulgada. A Constituição Federal de 1988 apresenta capítulos tratando da questão urbana e ambiental, refletindo o cenário urbano-ambiental alarmante, as desigualdades de renda e distorções do crescimento populacional, que se refletiam na condição espacial (PECCATIELLO, 2011). O artigo 225 da CF que trata do meio ambiente garante que

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Peccatiello (2011, p. 75) ressalta que “ainda na década de 1980, principalmente a partir de 1985, é notável um gradativo fortalecimento dos órgãos estaduais de meio ambiente, resultado da definição da temática ambiental na Constituição de 1988 como competência comum entre Estados e União”. Em 1989 ocorre a unificação dos órgãos federais ambientais com a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), sendo este o responsável pela gestão das áreas ambientais protegidas até meados de 2007.

O IBAMA foi responsável pela gestão das áreas ambientais protegidas no país, até a criação do Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade (ICMBio) criado em agosto de 2007, tendo como função a administração e gestão das UCs, que a partir do ano 2000 são regidas pelo SNUC.

4.2.2. A criação do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC surge para estabelecer os critérios e normas que irão incidir na criação, implantação e gestão das unidades de conservação no Brasil. O longo processo que resultou na criação do SNUC no ano 2000 representa a complexidade da construção desse sistema, seja pela conceituação de áreas protegidas, seja pela definição dos tipos de áreas protegidas.

As iniciativas para a criação de um sistema mais integrado para a gestão de áreas protegidas no Brasil surgiram devido a uma situação de duplicidade, já que tanto a SEMA quanto o IBDF eram responsáveis pela gestão dessas áreas.

Em 1979 o IBDF em conjunto com a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN) lançou o estudo “Plano do Sistema de Unidades de Conservação do Brasil”, sendo realizada uma segunda versão em 1982 já com o nome de Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Esse plano tinha por objetivos “(1) identificar áreas prioritárias para a conservação; (2) apontar áreas para o estabelecimento de novas UCs; e (3) indicar as ações necessárias para implementar, manter e gerir o sistema.” (DAILEY, 2014, p. 50). Segundo o autor citado, o Brasil ainda no regime da Ditadura Empresarial-Militar almejava o progresso econômico e industrial do país, em decorrência de altos custos sociais e financeiros.

Em 1988 o IBDF encomenda a Fundação Pró-Natureza (Funatura) um estudo sobre as categorias de proteção que existiam no Brasil, e um anteprojeto de lei focado na criação de um Sistema Nacional de Unidades de Conservação sendo o documento publicado já pelo IBAMA em 1989 (MEDEIROS, 2006). O documento trazia oito categorias divididas em três grupos:

Tabela 1: Categorias de UCs pré-SNUC

GRUPOS	CATEGORIAS
Proteção Integral	Parque, Reserva Ecológica, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.
Manejo Provisório	Reserva de Recursos Naturais.

Manejo Sustentável	Reserva da Fauna, Área de Proteção Ambiental e Reserva Extrativista.
--------------------	--

Fonte: MEDEIROS (2006); DAILEY, (2014)

O anteprojeto é apresentado ao presidente Fernando Collor de Mello em 1992, e encaminhada ao Congresso como o Projeto de Lei nº 2898/92. O deputado Fábio Feldman foi o segundo relator do projeto no Congresso, e como Dailey relata:

Quanto à finalidade das áreas, segundo Feldmann, estas eram criadas quase exclusivamente para a preservação dos ecossistemas, deixando as UCs intocadas e sob total domínio do Poder Público. Resultando em uma constante pressão social sobre as áreas pela situação de pobreza das populações humanas que viviam dentro dela ou no seu entorno, além da pressão dos setores econômicos com interesses diversos sobre a terra e os recursos naturais nela presentes. Esse contexto fazia com que as UCs não fossem implantadas de fato, uma vez que não dispunham de recursos financeiros nem ao menos para a regularização fundiária das suas terras (DAILEY, 2014, p.55-56).

No entanto o projeto de lei do SNUC só foi sancionado e publicado no Diário Oficial da União em 19 de julho de 2000, sendo o seu texto final apresentado pela Lei nº 9985/00. O longo processo de tramitação pelas duas casas legislativas demonstra a complexidade da discussão do assunto.

Ao longo de extensos oito anos de debates que incluíram a apresentação de dois substitutivos na Câmara, preservacionistas, conservacionistas, socioambientalistas e ruralistas travaram uma verdadeira batalha que mobilizou a imprensa, ONGs, além de fortíssimos *lobbys* no Congresso na defesa de suas posições sobre a forma e os critérios de proteção da natureza (MEDEIROS, 2006, p. 57).

O texto final do SNUC apresenta doze categorias de Unidades de Conservação divididas em dois grupos, as de Proteção Integral (Tabela 2) e de Uso Sustentável (Tabela 3). A gestão destas UCs pode ser federal, estadual, municipal ou da iniciativa privada, além de algumas poderem ser constituídas por terras públicas e/ou privadas.

Tabela 2: UCs de Proteção Integral

CATEGORIA	DOMÍNIO E POSSE
Estação Ecológica – ESEC	Público

Reserva Biológica – REBIO	Público
Parque Nacional/Estadual/Municipal – PARNA, PE	Público
Monumento Natural – MONA	Público/Privado
Refúgio de Vida Silvestre – REVIS	Público/Privado

Fonte: SNUC (2000)

Tabela 3: UCs de Uso Sustentável

CATEGORIA	DOMÍNIO E POSSE
Área de Proteção Ambiental - APA	Público/Privado
Área de Relevante Interesse Ecológico - ARIE	Público/Privado
Floresta Nacional/Estadual/Municipal – FLONA	Público
Reserva Extrativista - RESEX	Público
Reserva de Fauna - REFAU	Público
Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS	Público
Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN	Privado

Fonte: SNUC (2000)

O SNUC deixou de fora outras áreas protegidas, como Área de Preservação Permanente (APP) e Reservas Legais, sob legislação do Código Florestal (Lei nº 12651/12), terras indígenas (Lei nº 6001/73) e terras quilombolas (Decreto nº4887/03).

A criação do SNUC foi importantíssima, pois organizou e sistematizou os parâmetros para a criação de UCs no país. Após a criação do SNUC houve um estímulo para a criação de novas UCs no território brasileiro, tornando-se assim mais uma estratégia de preservação de ecossistemas importantes. Apesar de ainda haver UCs que não tem sua plena implementação, esse tipo de estratégia pode garantir segurança para áreas que sofrem pressão pelo avanço acelerado de atividades humanas potencialmente degradadoras e ocupação destas áreas para moradia ou exploração dos recursos naturais.

4.3 - Mosaico de Unidades de Conservação

A palavra mosaico, nos dicionários, é referida geralmente como um conjunto de peças de cerâmica ou pedras diferentes que quando unidas formam um desenho. Um Mosaico de Unidades de Conservação – MUC por sua vez, é uma área formada por diferentes UCs, mas que juntas praticam uma gestão de forma integrada e participativa. Tal como as pequenas peças de cerâmicas ou pedras em um mosaico formam uma imagem, as diferentes UCs em um MUC formam um conjunto de áreas protegidas, e quando se integram fisicamente através de corredores ecológicos estão contribuindo com a conservação da biodiversidade de maneira mais eficiente.

No SNUC, os mosaicos são tratados no capítulo IV artigo 26.

Quando existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas, constituindo um mosaico, a gestão do conjunto deverá ser feita de forma integrada e participativa, considerando-se os seus distintos objetivos de conservação, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional.

Os MUCs então são uma importante estratégia de gestão ambiental em grandes áreas, pois possibilita o estreitamento das relações entre os diferentes órgãos ambientais, e os gestores das UCs, pois cada UC tem representação no Conselho Consultivo do mosaico.

Fischer (2014) indica que Paulo Nogueira-Neto, ex-secretário da SEMA foi o primeiro a usar o termo mosaico, a fim de sanar problemas com população tradicionais residentes em UCs do grupo de proteção integral. A ideia de Nogueira-Neto era que diferentes UCs em uma área poderiam atender tanto ao uso racional dos recursos pelas populações tradicionais, quanto ao uso restrito como é nas UCs do grupo de proteção integral.

Ainda nas discussões para a formulação do SNUC, surgiu a ideia da categoria Reserva Ecológica Integrada, que é semelhante à ideia apresentada por Nogueira-Neto. A categoria não foi incluída no texto final do SNUC, mas influenciou na inclusão de MUCs no texto final.

Pinheiro (2010) destaca que em 1994, houve uma proposta inicial para a criação de um MUC. A experiência buscava formar uma gestão integrada entre quatro UCs (PE

Turístico do Alto Ribeira, PE Intervalles, PE Carlos Botelho e ESEC Xitués) localizada na região do Vale do Ribeira no estado de São Paulo, que juntas constituíam um grande contínuo de Mata Atlântica.

O Núcleo de Unidades de Conservação – NURUC é um exemplo de uma experiência anterior ao SNUC, que contou com a colaboração de diferentes UCs articulando-se entre si. Tambellini (2007) aponta que o NURUC surgiu na necessidade identificada pelos gestores de algumas UCs do estado do Rio de Janeiro, de haver maior integração, troca de experiências e ações conjuntas entre essas UCs.

O chamado NURUC Teresópolis foi oficializado em 1997, sendo o único criado. Ele foi formado inicialmente por 11 UCs do estado do Rio de Janeiro, mas chegou a ter 16, compreendendo uma área formada por 41 municípios. Era formado por uma unidade colegiada, tendo como membros os chefes das UCs.

O primeiro MUC criado foi o Mosaico Tucuruí, no estado do Pará, através da Lei nº 6.451/02, que também criou as três UCs que o compõem, APA Lago do Tucuruí, RDS Alcobaça e RDS Picuruí-Ararão.

O estímulo para a criação de novos MUCs se deu através da publicação do edital 01/2005 do FNMA. Lançado em janeiro de 2005, o edital tinha por objetivo selecionar projetos orientados para a formação de MUCs. Cabe ressaltar que, o edital previa a inclusão de outros tipos de áreas protegidas, para além daquelas previstas no SNUC. Áreas protegidas como as previstas no Código Florestal, Terras Indígenas – TI e Terras de Quilombos, formando assim um mosaico de áreas protegidas.

O primeiro MUC federal reconhecido pelo MMA foi o Mosaico Serra da Capivara e Confusão no estado do Piauí, reconhecido pela portaria nº 76 de 11 de março de 2005. É formado pelo PARNA da Serra da Capivara e pelo PARNA da Serra das Confusões, sendo criado também um corredor ecológico que liga os dois PARNAs. A área do mosaico compreende aproximadamente 414.565,27 hectares.

Desde então a criação de MUCs no país cresceu até meados do ano 2013, com a criação de alguns posteriormente. Em um levantamento feito por Pellin, Pellin e Scherer (2016), foram identificados 25 MUCs reconhecidos pelo MMA, sejam eles federais ou estaduais. Não há ainda o reconhecimento de um MUC municipal, apesar de haver a proposta de criação de um no município mineiro de Itabira. A Tabela 4 apresenta os MUCs reconhecidos pelo MMA até o ano de 2018.

Tabela 4: MUCs reconhecidos pelo MMA

NOME DO MUC	ANO DE CRIAÇÃO	UNIDADES DA FEDERAÇÃO	INSTÂNCIA
Tucuruí	2002	PA	Estadual
Serra da Capivara e Confusão	2005	PI	Federal
Litoral Sul do Estado de SP e Norte do Estado do PR	2006	SP/PR	Federal
Serra da Bocaina	2006	SP/RJ	Federal
Mata Atlântica Central Fluminense	2006	RJ	Federal
Serra da Mantiqueira	2006	MG/SP/RJ	Federal
Serra de São José	2007	MG	Estadual
Jucupiranga	2008	SP	Estadual
Ilhas e Áreas Marinhas Protegidas do Litoral Paulista	2008	SP	Estadual
Serra do Tabuleiro e Terras de Massiambu	2009	SC	Estadual
Sertão Veredas Peruaçu	2009	MG/GO/BA	Federal
Apuí	2010	AM	Estadual
Manguezal da Baía Vitória	2010	ES	Estadual
Espinhaço	2010	MG	Federal
Baixo Rio Negro	2010	AM	Federal
Mico-Leão Dourado	2010	RJ	Federal
Foz do Rio Doce	2010	ES	Federal
Extremo Sul da Bahia	2010	BA	Federal
Carioca	2011	RJ	Estadual
Amazônia Meridional	2011	AM/MT/RO	Federal
Paranapiacaba	2012	SP	Estadual
Juréia-Itains	2013	SP	Estadual
Oeste do Amapá e Norte do Pará	2013	AP/PA	Federal
Jalapão	2016	TO/BA	Federal
Serra do Cipó	2018	MG	Federal

Fonte: Pellin, Pellin e Scherer (2016) e ICMBio (2018)

Dos atuais MUCs reconhecidos no Brasil apenas o Mosaico Oeste do Amapá e Norte do Pará apresenta outros tipos de áreas protegidas. As Terras Indígenas de Wajãpi, Parque do Tucumanaque e Rio Paru D’Este, sob gestão da Fundação Nacional do Índio – FUNAI fazem parte do mosaico.

Isso evidencia o que Fischer (2014) aponta como uma discordância no processo de gestão e governança nos mosaicos. Tanto na criação, quanto na utilização do termo Mosaico de Unidades de Conservação – MUC ou Mosaico de Áreas Protegidas. Enquanto no primeiro há a exclusividade de UCs, no segundo há a presença de outras áreas protegidas, que nem MMA, nem ICMBio, nem órgãos estaduais ou municipais são responsáveis.

O reconhecimento de novos MUCs no país diminuiu nos últimos anos, após vários terem sido reconhecidos até 2010. Mas ainda existem propostas de criação de outros MUCs no país, sejam eles federais, estaduais e até mesmo municipais, como no caso do município de Itabira no estado de Minas Gerais. Ainda observa-se forte investimento na conservação ambiental brasileira, principalmente da Mata Atlântica, a qual tem recebido apoio financeiro de outros países, como a Alemanha na elaboração de Planos Municipais de Recuperação e Conservação, os quais visam integrar UCs com distâncias próximas para eficiência na implementação de tais planos, num formato de MUCs.

5. LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

5.1. Mosaico Mantiqueira

O Mosaico Mantiqueira foi inicialmente composto por 19 UCs da região conhecida como Serra da Mantiqueira, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, sendo estas UCs de nível federal, estadual e municipal, além de RPPNs. A área compreendida pelas UCs do mosaico é de aproximadamente 1.156.223,18 ha.

O Mosaico Mantiqueira está localizado no bioma Mata Atlântica, no chamado Planalto Atlântico. Apresenta variações de altitude com desníveis de mais de 2000 metros, o que possibilita a presença de diferentes tipos vegetativos na paisagem, tais como a Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Semidecídua, Campos de Altitude e Campos Rupestres. Na classificação de proposta por Ab'Sáber (2003), a região Serra da Mantiqueira está no domínio morfoclimático de mares de morros.

O mosaico leva o nome da serra presente na região. O nome Mantiqueira é de origem indígena, e significa “serra que chora”, o que demonstra a capacidade de abastecimento hidrográfico da região. As bacias hidrográficas do Paraná, Paraíba do Sul, Rio Grande, Rio Preto, Jaguari, Sapucaí e Sapucaí-Mirim são abastecidas pelas águas da Serra da Mantiqueira.

A região é considerada uma das maiores áreas com a presença de água mineral no mundo, tanto em qualidade quanto em quantidade, com a recarga dos aquíferos ocorrendo nas partes mais altas da serra (LINO e ALBUQUERQUE, 2007). Algumas famosas estâncias hidrominerais estão na região da Serra da Mantiqueira, como os municípios de Lambari, Passa Quatro e São Lourenço no estado de Minas Gerais.

Diferentes atividades econômicas são desenvolvidas nos municípios da região, tais como a pecuária leiteira e a agricultura nos municípios menores e nas zonas rurais, enquanto em municípios maiores como São José dos Campos, Resende, Taubaté, Cachoeira Paulista, se destacam atividades do setor terciário e a presença de algumas indústrias também. A região é cortada pela rodovia de maior importância econômica no país a BR-116, no trecho RJ-SP denominado Rodovia Presidente Dutra.

Apesar da forte pressão antrópica, o espigão central da Serra da Mantiqueira ainda mantém um contínuo de vegetação nativa de aproximadamente 200 km, formando um corredor ecológico importante para a manutenção da fauna e flora ameaçada da região (LINO e ALBUQUERQUE, 2007).

Figura 3: Unidades de Conservação do Mosaico Mantiqueira

MOSAICO MANTIQUEIRA

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO



Você também faz parte!

O Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira foi criado pela Portaria nº 351 de 11 de dezembro de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, sendo constituído pelo conjunto de Parques, Áreas de Proteção Ambiental - APA, Florestas Nacionais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN e outras unidades de Conservação localizadas na Serra da Mantiqueira. Seu objetivo é promover a gestão integrada e proteger o patrimônio natural e cultural da região.



MOSAICO MANTIQUEIRA
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Projeto de Fortalecimento da Gestão Integrada

REALIZAÇÃO

PARCEIROS



Fonte: Site Mosaico Mantiqueira

O Mosaico Mantiqueira foi reconhecido por meio da Portaria nº 351 de 11 de dezembro de 2006 do MMA (Anexo 2).

A área do mosaico compreende ao todo 52 municípios, das regiões do Sul Fluminense, Sul de Minas e Vale do Paraíba Paulista, com uma população total de aproximadamente 1.884.286 habitantes. A listagem a seguir apresenta os municípios de acordo com os estados:

- MG: Aiuruoca, Alagoa, Baependi, Bocaina de Minas, Brasópolis, Camanducaia, Delfim Moreira, Extrema, Gonçalves, Itamonte, Itanhandu, Itapeva, Liberdade, Marmelópolis, Paraisópolis, Passa Quatro, Passa Vinte, Piranguçu, Pouso Alto, Sapucaí Mirim, Toledo, Virgínia e Wenceslau Bráz;
- RJ: Itatiaia e Resende;
- SP: Areias, Bananal, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Canas, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Jacareí, Jambuí, Lagoinha, Lavrinha, Lorena, Monteiro Lobato, Natividade da Serra, Paraibuna, Piquete, Queluz, Redenção da Serra, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, Santa Branca, Santo Antônio do Pinhal, Silveiras e Taubaté.

A criação do Mosaico Mantiqueira foi acompanhada da criação dos mosaicos Central Fluminense e Bocaina, através das Portarias nº 349 e 350 de 11 de dezembro de 2006 respectivamente. Tambellini (2007) aponta que há semelhança no processo de criação dos três mosaicos.

Iniciando o processo de criação ainda em 2005 com o apoio do Instituto de Amigos da Reserva da Biosfera, criando a partir daí grupos de trabalho para implantação de cada mosaico. Tambellini destaca, porém que:

A metodologia para a criação ocorreu com ampla participação dos representantes dos órgãos gestores e dirigentes das UC. No entanto com relação aos representantes das comunidades do entorno das UC essa participação não foi efetiva (TAMBELLINI, 2007. p.53).

Nos debates dos grupos de trabalho surgiu a recorrente discussão da inclusão de outras áreas protegidas (como as Reservas Legais) nos mosaicos, o que não ocorreu devido à dificuldade de organizar a suas representações no Conselho do mosaico.

Foi proposto também que o mosaico fosse formado inicialmente com UCs que já se articulassem entre si, cabendo às outras UCs que fossem próximas e que apresentassem uma importância ecossistêmica participassem como convidadas.

Após o reconhecimento do Mosaico Mantiqueira foi estabelecido um Regimento Interno e também a composição do Conselho Consultivo, além de um Plano de Ação para os próximos anos, que apresenta as atividades a serem desenvolvidas pelo mosaico.

A composição do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira de acordo com a Portaria nº 351/06, conta com a participação dos gestores das UCs do mosaico e representantes da sociedade civil de cada UC, tendo como competência o Conselho elaborar o regimento interno do mosaico, propor diretrizes e ações a fim de compatibilizar, integrar e aperfeiçoar as atividades desenvolvidas pelas UCs.

O Regimento Interno do Mosaico Mantiqueira (Anexo 3) foi estabelecido em 25 de Junho de 2009 pelo presidente do Conselho Consultivo Clarismundo Benfica do Nascimento. Através do Regimento Interno ficam definidas as finalidades e competências do Conselho, bem como sua composição e estrutura.

O fluxograma a seguir apresenta a estrutura do Conselho Consultivo definido pelo regimento interno no seu Capítulo IV, artigos 9º ao 22:

Figura 4: Estrutura do Conselho do Mosaico Mantiqueira



Fonte: Organizado pelo autor

Sendo a Diretoria formada por um presidente que seja chefe de uma UC do mosaico e os demais cargos por membros do Conselho, sendo os cargos escolhidos pela maioria simples dos membros. Tendo a Diretoria responsabilidade na administração do mosaico.

O Plenário do mosaico como define o artigo 21 do Regimento Interno “[...] é a instância superior de proposição do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira, sendo constituído por todos os representantes das entidades membros, referidos na portaria em vigor de estruturação do Mosaico Mantiqueira.”. Cabendo ao Plenário a participação, orientação, acompanhamento das reuniões e ações do mosaico.

O regimento também prevê a criação de Grupos de Trabalho, responsáveis por dar apoio técnico e científico de caráter temporário ao Conselho em questões relevantes ao mosaico. Podendo ser compostos por membros do plenário e/ou por pessoas de notório saber.

O regimento também prevê que o plenário do Conselho deve se reunir quatro vezes por ano, podendo qualquer pessoa participar das reuniões, entretanto sem direito a voto.

Atualmente a Secretaria Executiva do Mosaico Mantiqueira é comandada pela ONG Instituto Sintropia.

5.2. UCs que integram o Mosaico Mantiqueira

A lista a seguir apresenta as UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira de acordo com a Portaria nº 351/06 e outras UCs que foram criadas após o reconhecimento do mosaico, como no caso do PE Pedra Selada.

5.2.1. UCs Federais

5.2.1.1. Parque Nacional de Itatiaia – PARNA Itatiaia

Foi o primeiro parque criado no Brasil em 1937. O parque abrange os municípios de Resende e Itatiaia, no estado do Rio de Janeiro, Itamonte e Bocaina de Minas no estado de Minas Gerais com uma área de 28.084,35 hectares. Possui um relevo montanhoso, com a altitude variando de 600 a 2.791 metros, no seu cume, o Pico

das Agulhas Negras. Apresenta também outras atrações turísticas, tais como o Maciço das Prateleiras, Lago Azul e a Cachoeira Vêu da Noiva.

Na parte alta do parque (Figura 6) encontram-se os campos de altitude e vales suspensos, com vegetação característica predominante de gramíneas e arbustos. Nos períodos mais frios do ano as estações meteorológicas instaladas ali registram temperaturas abaixo de 0°. A parte baixa já é caracterizada pela presença de vegetação exuberante e generosos cursos d'água. O parque possui abrigos para os visitantes, além de um Centro de Visitantes com auditório e museu. O parque possui Plano de Manejo desde 1982.

Figura 5: PARNA Itatiaia - Pico das Agulhas Negras

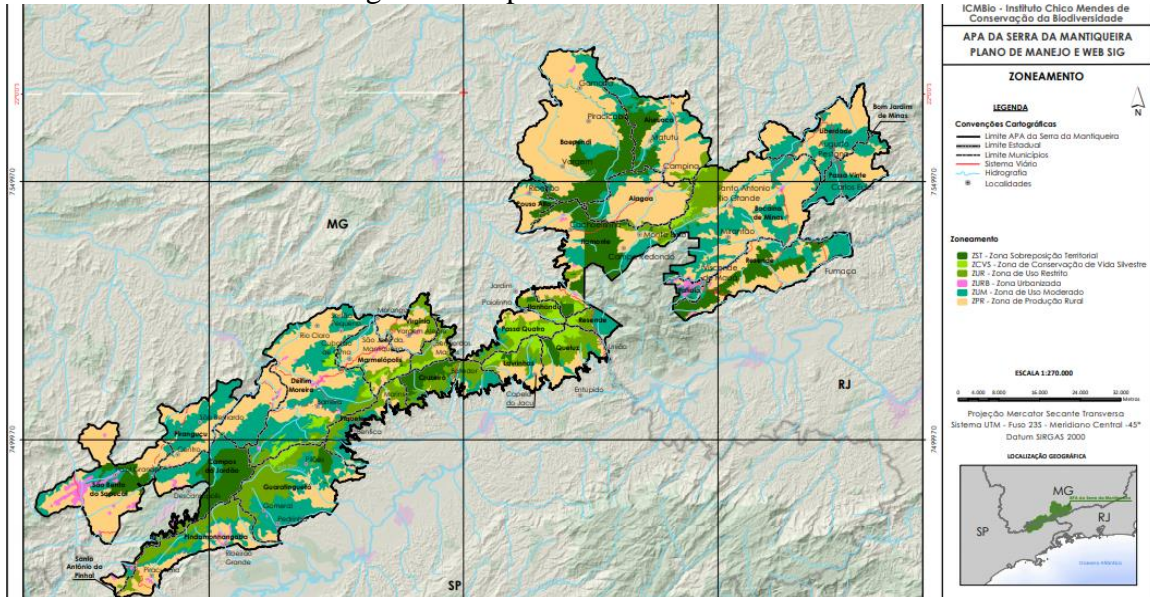


Fonte:<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/images/>

5.2.1.2. Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira – APASM

Criada em 1985, a APASM tem uma área de 437.192,11 hectares. Abrange um total de 25 municípios nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (Figura 7). Existem diversas outras UCs inseridas na APASM, de diversas categorias, federais, estaduais, municipais e particulares, num total de 93 UCs, inseridas parcial ou totalmente na área da APASM. A APA possui Plano de Manejo desde 2018.

Figura 6: Mapa de zoneamento da APASM



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images>

5.2.1.3. Área de Proteção Ambiental Mananciais do Rio Paraíba do Sul

Criada em 1982, a APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul (Figura 8) tem uma área de 292.599,92 hectares, compreendendo 18 municípios paulistas, e é responsável pela proteção de um dos rios de maior importância econômica no país, que sofre devido a forte pressão antrópica na região altamente ocupada. Sua sede é no município de São José dos Campos. A APA ainda não tem Plano de Manejo.

Figura 7: APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul – Represa Paraibuna.



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images>

5.2.1.4. Floresta Nacional de Lorena – FLONA de Lorena

Criada em 2001, a FLONA de Lorena (Figura 9) possui uma área de 276,35 hectares, e está localizada no município de Lorena no estado de São Paulo. A área foi totalmente reflorestada, com espécies nativas, tais como: angico, pau-jacaré, ingá, diversos tipos de ipês, pérola vegetal, mirindiba, paineira, pau-viola, jacarandá-da-bahia, pau-brasil, jequitibá, escova-de-macaco, palmito, quaresmeira, cedro, sapucaia, dentre outras. A FLONA tem Plano de Manejo desde 2016, e tem programas de manejo de manejo florestal sustentável.

Figura 8: FLONA de Lorena



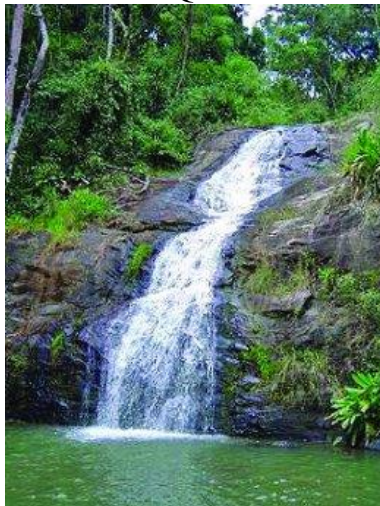
Fonte: site ICMBio

5.2.1.5. Floresta Nacional de Passa Quatro – FLONA de Passa Quatro

Criada em 1968, a FLONA de Passa Quatro (Figura 10) tem uma área de 335 hectares, e está localizada no município de Passa Quatro no estado de Minas Gerais. A FLONA tem Plano de Manejo desde 2009, e tem programas de manejo florestal.

O seu principal atrativo é a Cachoeira de Iporã, além de contar com espaços destinados a piqueniques e demais atividades de lazer. Esta área possui 2 lagos ornamentais, praças, jardins, quiosques, parque infantil e fonte de água potável. Além das espécies vegetativas, na UC também a presença de lobo-guará, gato-maracajá e onça-parda, animais ameaçados de extinção.

Figura 9: FLONA Passa Quatro – Cachoeira de Iporã



Fonte: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories>

5.2.2. UCs Estaduais

5.2.2.1 Parque Estadual da Serra do Papagaio – PESP (Minas Gerais)

Criado em 1998, o PESP (Figura 11) possui uma área de 22.917 hectares, fica localizado nos municípios mineiros de Aiuruoca, Alagoa, Beapendi, Itamonte e Pouso Alto. Tem seu território contíguo com o do PARNA de Itatiaia e do PEPS, além de estar inserido na área da APA da Serra da Mantiqueira. Apresenta altitude superior aos 1200m e máximo de 2360 m, apresentando nas partes mais altas vegetação do tipo campos de altitude. A área ainda serve de abrigo para espécies animais ameaçadas de extinção, tais como o papagaio-de-peito-rosso, urubu-rei, onça pintada, muriqui e macaco saúá. O parque possui Plano de Manejo desde 2012.

Figura 10: PE Serra do Papagaio

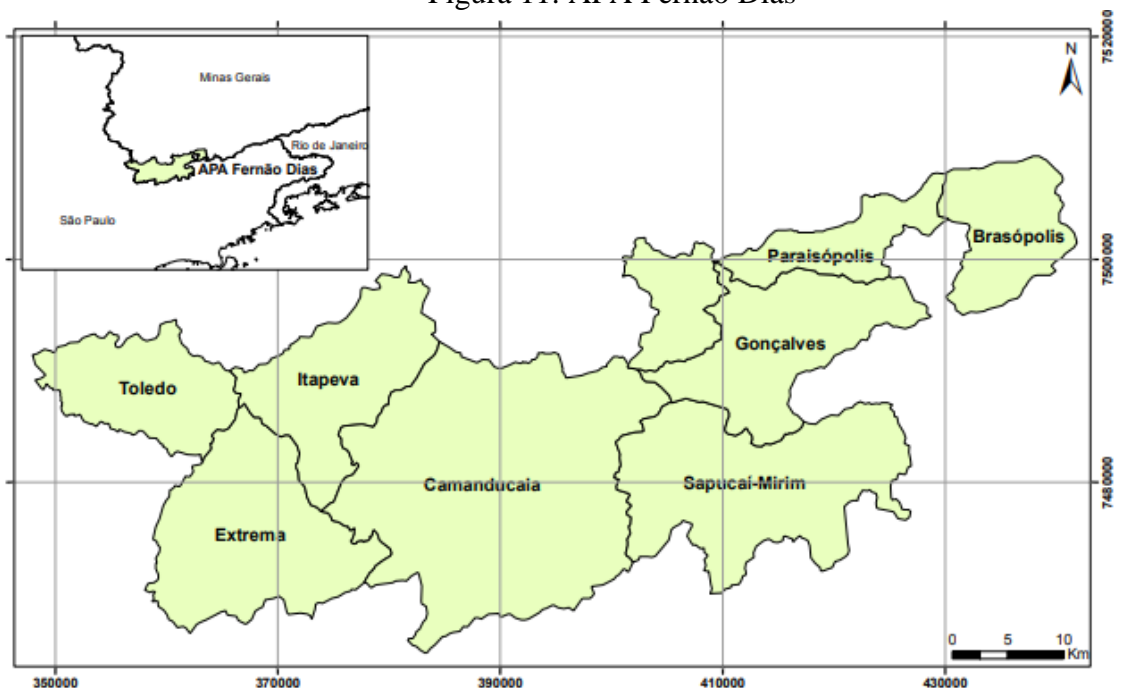


Fonte: <http://www.itamonte.net/>

5.2.2.2. Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (Minas Gerais)

Criada em 1997, a APA Fernão Dias (Figura 12) possui uma área de 180.373 hectares, fica localizada nos municípios de Brazópolis, Camanducaia, Extrema, Gonçalves, Itapeva, Paraisópolis, e Toledo. A sede da UC fica no município de Camanducaia. Os recursos hídricos da região são responsáveis pelo abastecimento da região metropolitana da cidade de São Paulo. A APA possui Plano de Gestão desde 2008.

Figura 11: APA Fernão Dias



Fonte: Moretti (2011)

5.2.2.3. Parque Estadual de Campos do Jordão – PECJ (São Paulo)

Criado em 1941, o primeiro no estado de São Paulo, o PECJ (Figura 13) possui uma área de 8.341 hectares. Está localizado no município de Campos do Jordão, ocupando cerca de 1/3 do território do município. A área do PECJ é sobreposta a de outras UCs, como a APA Municipal de Campos do Jordão, APA Estadual de Campos do Jordão e a APASM. O parque possui Plano de Manejo desde 1975.

Figura 12: PE de Campos do Jordão



Fonte: <http://arquivos.ambiente.sp.gov.br/fundacaoflorestal>

5.2.2.4. Parque Estadual Mananciais dos Mananciais de Campos do Jordão – PEMCJ (São Paulo)

Criado em 1993, o PEMCJ (Figura 14) possui uma área de 502,96 hectares, localizado inteiramente no município de Campos do Jordão. Desde sua criação o PEMCJ compartilha com o PECJ o seu quadro administrativo e gestor. O grande destaque dessa área de preservação é a Represa do Salto, que chega a abastecer até 30% da demanda hídrica da cidade. Atualmente, não é possível fazer visitação e ainda não há previsão para que seja aberto ao público, segundo informa o site do governo estadual paulista. O parque possui Plano de Manejo desde 2015.

Figura 13: PE Mananciais de Campos do Jordão



Fonte: <https://smastr16.blob.core.windows.net/guiadeaps/2018/11/IMG>

5.2.2.5. Área de Proteção Ambiental Campos do Jordão – APA Campos do Jordão (São Paulo)

Criada em 1984, a APA Campos do Jordão (Figura 15) possui uma área de 28.800 hectares, sendo localizada inteiramente no município de Campos do Jordão. A paisagem é formada por relevo de altas declividades, com escarpas festonadas, cobertas por vegetação de transição entre mata atlântica e mata de araucárias. Destacam-se em sua fauna, mamíferos como quati, macaco-prego, cateto, onça-suçuarana, queixada, serelepe, tatu, veado-catingueiro, gambá, cachorro-do-mato, gato-do-mato-pintado, irara, ouriço, paca, preá, e aves como macuco, codorna, gaviões seriema, corujas e pica-pau-do-campo. A APA não possui Plano de Manejo.

Figura 14: Mapa APA Campos do Jordão e APA Sapucaí Mirim



Fonte: http://www.rcambiental.com.br/adm_upload

5.2.2.6. Área de Proteção Ambiental Sapucaí Mirim – APA Sapucaí Mirim (São Paulo)

Criada em 1998, a APA Sapucaí Mirim (Figura 16) possui uma área de 39.800 hectares, localizada nos municípios de São Bento do Sapucaí e Santo Antônio do Pinhal. Forma com a APA Fernão Dias uma grande porção do território com áreas

protegidas, na divisa dos estados de Minas Gerais e São Paulo. A bacia do rio Sapucaí, responsável pelo abastecimento local e de mais 40 municípios de Minas Gerais está localizada na APA Sapucaí Mirim. A APA não possui Plano de Manejo.

Figura 15: APA Sapucaí Mirim



Fonte: <http://reservanativa.blogspot.com/>

5.2.2.7. Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier – APASFX (São Paulo)

Criada em 2002, a APASMX (Figura 17) possui uma área de 11.559 hectares, localizada inteiramente no município de São José dos Campos. A APA é uma das áreas de ocorrência do muriqui. A APA possui Plano de Manejo desde 2008.

Figura 16: APA São Francisco Xavier

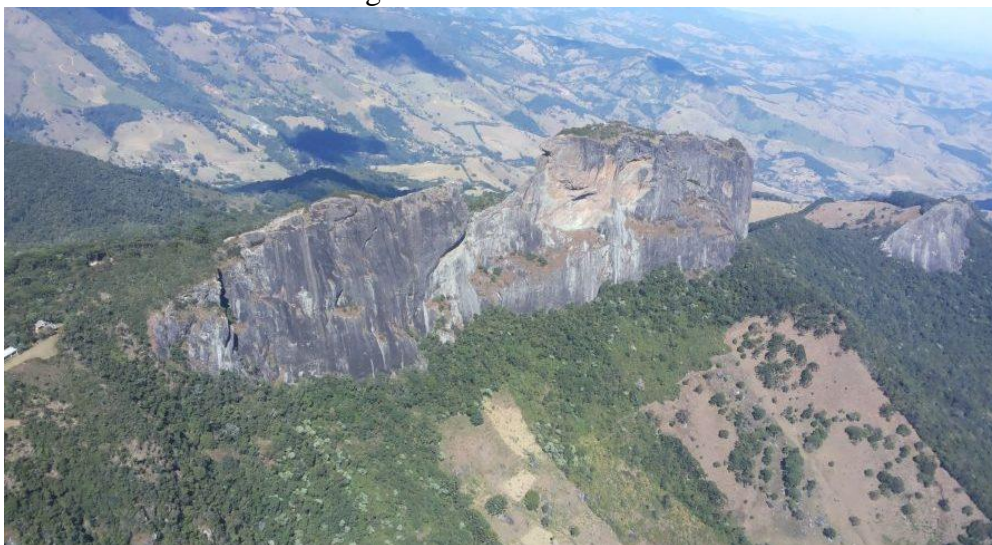


Fonte: <http://www.sjc.sp.gov.br/media/20257/>

5.2.2.8. Monumento Natural Estadual Pedra do Baú – MONA Pedra do Baú/SP

Criado em 2010, o MONA Pedra do Baú (Figura 18) possui uma área de 3.154 hectares, localizado no município de São Bento do Sapucaí. É um complexo rochoso, considerado um dos pontos de escalada técnica do estado. O MONA não possui Plano de Manejo.

Figura 17: MONA Pedra do Baú

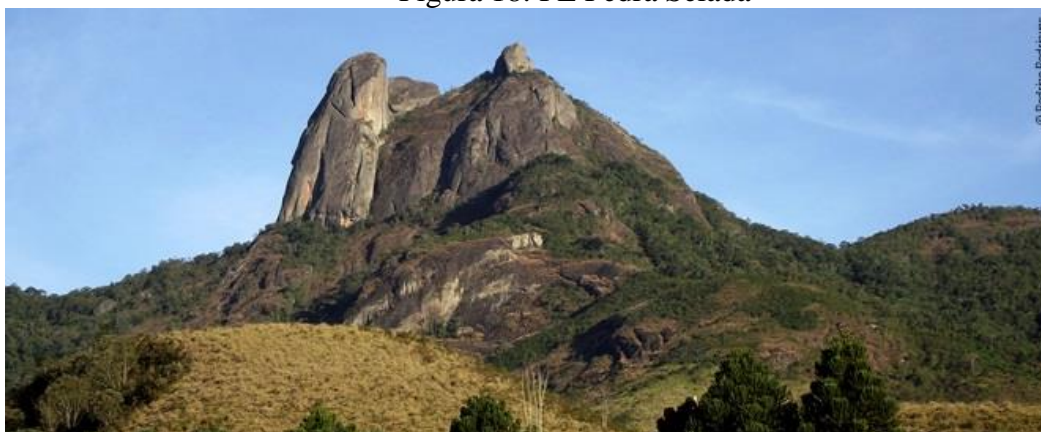


Fonte: <https://smastr16.blob.core.windows.net/guiadeaps/2018/11/>

5.2.2.9. Parque Estadual da Pedra Selada (Rio de Janeiro)

Criado em 2012, possui uma área de 8.036 hectares (Figura 19), nos municípios de Itatiaia e Resende, está inserido na APASM. Apresenta remanescentes de bosques de araucárias e nas partes mais altas, com altitude de 1755 m, vegetação típica de campos de altitudes. O parque não possui Plano de Manejo.

Figura 18: PE Pedra Selada



Fonte: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/>

5.2.3. UCs Municipais

5.2.3.1. Área de Proteção Ambiental da Serrinha do Alambari – APASA (Resende – RJ)

Criada em 1991, a APA da Serrinha do Alambari (Figura 20) possui um área de 4.500 hectares no município fluminense de Resende. Com uma altitude variando entre 700 e 2300 m, protege as microbacias dos rios Alambari e Pirapitinga, conta ainda com cachoeiras e a Pedra Sonora como pontos turísticos. A APA não possui Plano de Manejo.

Figura 19: APA Serrinha do Alambari – Pedra Sonora



Fonte: <http://resende.rj.gov.br/img/turismosGaleria/2/serrinha06-2.JPG>

5.2.3.2. Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba – ParFumaça (Resende – RJ)

Criado em 1988, o ParFumaça (Figura 21) possui uma área de 363 hectares, localizado no município fluminense de Resende. No parque fica situada a Cachoeira da Fumaça, considerada a maior cachoeira do estado, com 2 km de extensão e 200 m de queda. O parque não possui Plano de Manejo.

Figura 20: ParFumaça – Cachoeira da Fumaça



Fonte: <http://resende.rj.gov.br/img/turismosGaleria/1/fumaca02.JPG>

5.2.3.3. Parque Natural Municipal do Rio Pombo – ParPombo (Resende – RJ)

Criado em 1988, o ParPombo possui uma área de 6,7 hectares, localizado no município fluminense de Resende. O parque não possui Plano de Manejo e não foi encontrado nenhuma imagem para ilustrar o mesmo.

5.2.4. UCs Particulares

5.2.4.1 Reserva Particular do Patrimônio Natural Ave Lavrinha – RPPN Ave Lavrinha

Criada em 2006, a RPPN Ave Lavrinha (Figura 22) possui uma área de 49,05 hectares, localizada no município mineiro de Bocaina de Minas. Com uma altitude variando entre 1340 a 1740 m, possui uma vegetação do tipo Floresta Ombrófila Alto-Montana, com a presença de espécies como canela, angico, massaranduba, aricanga e mulungu. Além de espécies de animais como a onça parda, pinto-do-mato, sauá, bugio e gato-do-mato. A RPPN possui Plano de Manejo desde 2009.

Figura 21: RPPN Ave Lavrinha



Fonte: <http://www.avelavrinha.com.br/images/galeriadefotos/reserva/18.jpg>

5.2.4.2. Reserva Particular do Patrimônio Natural Alto Gamarra – RPPN Alto Gamarra

Criada em 2006, a RPPN Alto Gamarra possui uma área de 35 hectares no município mineiro de Beapendi. Sua vegetação predominante é a Floresta Ombrófila

Mista. A RPPN possui Plano de Manejo desde 2010.

Figura 22: Alto Gamarra



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/mosaicomantiqueira/4291438860/>

5.2.4.3. Reserva Particular do Patrimônio Natural Mitra do Bispo – RPPN Mitra do Bispo

Criada em 1999, a RPPN Mitra do Bispo (Figura 24) possui uma área de 35 hectares, localizada no município mineiro de Bocaina de Minas. A RPPN possui Plano de Manejo desde 2010.

Figura 23: RPPN Mitra do Bispo



Fonte: <https://www.sosma.org.br/wp-content/uploads/2013/10/RPPN-mitra-do-bispo>

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Buscando compreender o funcionamento do Mosaico Mantiqueira, após a aplicação dos questionários aos gestores das UCs que compõem o mosaico, bem como a participação da 44ª Reunião do Conselho Consultivo, análise das atas das reuniões disponíveis no site do mosaico, assim como a revisão bibliográfica em trabalhos feitos em MUCs, foi possível chegar a alguns resultados que serão descritos nesse capítulo.

Foi enviado via email um questionário para os gestores das UCs e para ONGs que participam do Conselho Consultivo do Mosaico da Mantiqueira em dois momentos. Entretanto houve um baixo interesse na colaboração com a pesquisa, resultando na resposta de apenas quatro UCs: FLONA Passa Quatro, APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul, PE Campos do Jordão e PE Mananciais de Campos do Jordão. Cabe ressaltar que o gestor do PE Campos do Jordão é o mesmo do PE Mananciais de Campos do Jordão. Além da ONG Crescente Fértil, que representa a coordenação geral do Mosaico, que se mostrou muito prestativa em responder as perguntas do questionário e informar outras informações a respeito do funcionamento do mesmo.

O questionário (Anexo 1) buscou compreender como os gestores das UCs que fazem parte do conselho consultivo compreendem por Mosaico de Conservação, a fim de identificar o grau de familiaridade destes com o tema. Como pode ser observado na tabela 5, os entrevistados de modo geral apresentaram compreensão de seu objetivo principal, que é a integração entre as UCs.

Tabela 5: Pergunta “O que você entende por Mosaico de UCs? (resposta livre)”.

RESPOSTAS	
FLONA Passa Quatro	Um conjunto de UCs e que no mosaico não existe fronteiras.
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	Conjunto de UCs com o objetivo de integrar e ampliar as várias ações já existentes para a conservação do patrimônio natural e cultural de uma determinada região. O Conselho dos Mosaicos constituem um local privilegiado para a discussão/planejamento de estratégias regionais para a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento sustentável.
PE Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão	Articulação central envolvendo um conjunto de UCs localizadas próximas ou sobrepostas, no sentido de traçar pautas integradas e trabalhar objetivos conjuntos.

Fonte: Organizado pelo autor

O entendimento sobre o objetivo dos MUC são imprescindíveis para que os gestores visualizem a sua importância na efetividade desse instrumento, que é a gestão integrada, e que conseqüentemente influenciará na sua atuação no mosaico.

Quando questionados sobre as suas presenças nas reuniões do Conselho, tanto os gestores da FLONA de Passa Quatro, quanto da APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul afirmaram que participam regularmente das reuniões, diferentemente do gestor do PE de Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão.

Foi questionado também aos gestores quais pontos eles acreditam que a instituição do Mosaico Mantiqueira fortaleceu nas UCs em que trabalham (Tabela 6), tendo a alternativa “integração e aproximação entre os gestores das UCs” como unânime para os entrevistados, e outra resposta pontuada por dois gestores foi o “compartilhamento de experiências entre as UCs”, sendo as reuniões dos conselhos consultivos o momento de encontro, integração e compartilhamento das experiências vivenciadas em cada UC.

Tabela 6: Pergunta “Quais desses pontos você acredita que a instituição do Mosaico Mantiqueira fortaleceu na UC em que trabalha?”

RESPOSTAS	
FLONA Passa Quatro	Integração e aproximação entre os gestores das UCs. Compartilhamento de experiências e conhecimentos.
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	Integração e aproximação entre os gestores das UCs. Compartilhamento de experiências e conhecimentos. Melhoria no diálogo com os diferentes órgãos envolvidos no mosaico (ICMBio, IEF – MG, INEA e Instituto Florestal – SP)
PE Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão	Integração e aproximação entre os gestores das UCs. Aproximação e maior participação com os vizinhos da UC.

Fonte: Organizado pelo autor

Foi questionado aos gestores os principais conflitos que enfrentam as UCs em que trabalham (Tabela 7), a fim de reconhecer os problemas das UCs que compõem o mosaico, sendo possível notar que grande parte dos problemas relatados são comuns a tantas outras UCs no país, tais como: falta de recursos financeiros e de pessoal, além de impactos de uso e ocupação do solo, ocasionando grandes perdas ambientais para estas áreas. Ainda foi citado a falta de planos de manejo, pois são eles que norteiam e dão as diretrizes de uso e manejo da UCs, representando impasses no gerenciamento das UCs

pela falta deste documento. Ainda vale citar a falta de apoio do poder público com políticas públicas voltadas à conservação e manutenção dos ecossistemas, que foi um ponto também tocado.

Tabela 7: Pergunta “Quais são os principais problemas/conflitos que a UC que você trabalha sofre? (resposta livre)”

RESPOSTAS	
FLONA Passa Quatro	Falta de recursos financeiros, pessoal e planejamento da administração central.
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	Ausência de Plano de Manejo da UC; Pouco amadurecimento institucional para a gestão de unidades da categoria APA; Falta de extensão rural para a aplicação das melhores técnicas de conservação do solo nas áreas rurais; Uso e ocupação de solo impactando os recursos hídricos, incluindo a implantação de loteamentos em áreas sensíveis; e impacto de grandes obras de infraestrutura na conservação dos mananciais.
PE Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão	Insuficiência de recursos financeiros e humanos para todos os serviços de manutenção e melhorias que uma UC com a taxa de visitação que o PECJ possui exige. Caça dentro do território da UC. Insuficiência na manutenção das estradas de acesso, de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Campos do Jordão.

Fonte: Organizada pelo autor

Foram ainda questionadas as possibilidades no ponto de vista do gestor de mitigar os problemas relatados aos conflitos citados acima (Tabela 8). Essa pergunta buscou despertar no gestor a possibilidade de compreender que através da integração proposta pelo mosaico, os problemas na UC possam ser superados ou pelo menos minimizados pela luta conjunto por melhorias ambientais regionais.

Tabela 8: Pergunta “Como você acredita que possam ser superados, ou ao menos mitigados esses problemas diante a colaboração e articulação das UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira? (resposta livre)”

RESPOSTAS	
FLONA Passa Quatro	Não sei opinar.
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	Fortalecendo ações conjuntas de conservação dos recursos naturais na área de atuação do Mosaico.
PE Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão	Apoio para busca de novas parcerias e captação de recursos para projetos, articulação política e institucional no sentido de dar visibilidade aos problemas no contexto municipal e políticas públicas relacionadas

Fonte: Organizado pelo autor

A próxima pergunta do questionário (Tabela 9) visou estimular os gestores a identificar os problemas/inadequações da composição do MUC de forma “subliminar”,

estimulando o gestor a pensar sobre como o mosaico poderia funcionar de maneira mais eficiente, uma autocrítica também ao que vem sendo feito atualmente. Sendo identificado unanimemente que a participação das UCs não ocorre de maneira efetiva e homogeneia, fato que poderá ser observado mais a frente, a partir da análise da presença da UCs visualizadas em ata.

Tabela 9: Pergunta “Você teria sugestões para um melhor funcionamento do Mosaico Mantiqueira como unidade integradora de UCs? (resposta livre)”

RESPOSTAS	
FLONA Passa Quatro	Sugestão de maior entrosamento.
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	Necessário que as UCs do estado de São Paulo voltem a compor o Conselho e participar das discussões e ações do Mosaico da Mantiqueira.
PE Campos do Jordão/PE Mananciais de Campos do Jordão	Infelizmente, ainda não tive participação no referido Mosaico. Fomos recentemente abordados para oficializar a participação, mas ainda não foi resolvido. Pretendemos ter maior participação nesse fórum a partir do ano que vem.

Fonte: Organizado pelo autor

A seguir serão apresentadas duas respostas questionadas à ONG Crescente Fértil, coordenadora geral do Mosaico Mantiqueira (Tabela 10 e 11).

Tabela 10: Pergunta “Que tipo de projetos a Organização da qual faz parte desenvolve nas UCs e na região do Mosaico Mantiqueira?”

RESPOSTA	
Crescente Fértil	Projetos de apoio à gestão de colegiados de UCs, promoção dos ambientes de montanha, além da proteção e recuperação florestal, incluindo pagamento por serviços ambientais (este último fora do Mosaico).

Fonte: Organizado pelo autor.

Tabela 11: Pergunta “Como você acredita que possam ser superados, ou ao menos mitigados os problemas, diante a colaboração e atuação da Organização da qual faz parte nas UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira?”

RESPOSTA	
Crescente Fértil	Atuação junto a agentes públicos visando o fortalecimento das condições de gestão das UCs, o aprimoramento da legislação e a constante divulgação para a sociedade, sobre a importância e os benefícios das UCs.

Fonte: Organizado pelo autor

A pergunta da tabela 10 procurou reconhecer quais atividades a ONG Crescente Fértil desenvolve e se estas são compatíveis com os princípios de conservação da natureza e do mosaico. Além de ser questionada sobre qual pode ser a sua contribuição

como parte do mosaico através da instituição em que representa (tabela 11), foi observado uma resposta que demonstra doação de saberes pela ONG, bem como apoio e divulgação da importância de conservação da área do Mosaico da Mantiqueira.

Apesar do reduzido número de respostas obtidas, foi possível perceber sob a ótica do gestor como se dá a interação entre o Mosaico Mantiqueira e algumas de suas UCs, além de compreender a participação de uma ONG no Conselho do mosaico.

A Tabela 12 expõe a presença dos conselheiros nas reuniões do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira. O levantamento foi feito a partir da lista de presença contida nas atas da 1ª a 29ª reunião ordinária (com exceção da 25ª) e da 1ª e 2ª reunião extraordinária. Não foi encontrada a listagem dos presentes da 30ª a 44ª reunião ordinária. O acesso às atas foi feito pelo site do Mosaico Mantiqueira. Vale destacar que a Agência de Meio Ambiente de Resende – AMAR é responsável pela gestão das UCs municipais de Resende, e as representa no Conselho.

Tabela 12: Presença de conselheiros nas reuniões

REPRESENTANTE DA UC	Nº DE PRESENCAS
PARNA de Itatiaia	25
APA Serra da Mantiqueira	25
PE de Campos do Jordão/ PE Mananciais de Campos do Jordão	22
FLONA de Lorena	20
APA Mananciais do Rio Paraíba do Sul	20
AMAR	19
APA Campos do Jordão	18
FLONA de Passa Quatro	16
RPPN Ave Lavrinha	16
APA São Francisco Xavier	16
APA Sapucaí Mirim	15
APA Fernão Dias	12
PE Serra do Papagaio	12
PE Pedra Selada	5
RPPN Alto Montana	4
MONA Pedra do Baú	2
RPPN Alto Gamarra	1
RPPN Mitra do Bispo	1
RPPN Dois Peões	1

Fonte: Organizado pelo autor.

Diante as grandes demandas das UCs e a falta de funcionários e até mesmo de recursos financeiros sabemos que a integração por reuniões presenciais se tornam difíceis, ainda mais diante as longas distâncias das UCs que compõem os extremos

no Mosaico. O que pode justificar a baixa ou nenhuma presença nas reuniões de algumas UCs.

A Tabela 13 apresenta os municípios onde ocorreram as reuniões do mosaico, sendo que o conselho prioriza a realização das reuniões em áreas centrais.

Tabela 13: Municípios das reuniões do Conselho do Mosaico

MUNICÍPIO	UF	Nº DE REUNIÕES
Passa Quatro	MG	12
São José dos Campos	SP	7
Itatiaia	RJ	5
Itamonte	MG	4
Cruzeiro	SP	4
Resende	RJ	3
Baependi	MG	3
Camanducaia	MG	2
Bocaina de Minas	MG	1
Lorena	SP	1
Queluz	SP	1
Santo Antônio do Pinhal	SP	1
São Bento do Sapucaí	SP	1
Sapucaí-Mirim	MG	1

Fonte: Organizado pelo autor.

A partir da análise das atas das reuniões foi também possível identificar algumas atividades desenvolvidas na UC, principalmente de alguns GTs. Como no caso do GT Pinhão, formado para discutir a preservação das araucárias, visto que são árvores típicas da Serra da Mantiqueira, e que produzem o pinhão que é comumente comercializado na região.

Há também o GT Javali, que discute e desenvolve atividades relacionadas ao combate da proliferação do javali, reconhecido como espécie exótica invasora da fauna. O javali causa diversos problemas ambientais, como aponta Rosa, Pinto e Jardim (2018), que vão desde a depredação da semente do pinhão e a invasão a hortas e plantações até a remoção do solo. A partir da Instrução Normativa do IBAMA nº 3/2013 que autoriza o controle do javali no Brasil, por meio de caça e captura, tornou-se então necessário a discussão dessa questão no âmbito do mosaico.

Uma discussão recorrente nas reuniões constatada na leitura das atas foi a das Corridas de Montanhas. Algumas das UCs do mosaico relataram que organizadores desses tipos de corridas têm procurado as UCs para que o traçado passe pelo interior da UC, entretanto os gestores têm muito receio em autorizar esse tipo de atividade, devido

ao grande número de competidores, e poucos estudos feitos sobre o impacto no solo para esse tipo de atividade.

Durante a participação na 44ª Reunião do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira, foram identificadas algumas atividades e ações que o mosaico vem fazendo, e que serão apresentadas a seguir.

A partir do GT Mantiqueira, o Mosaico Mantiqueira apoiou a criação e expansão das UCs Mona Itaguapé, PE Pedra Selada e PE Serra Negra da Mantiqueira, que ficam situadas na região do mosaico.

Buscando fortalecer a imagem do mosaico na região, o conselho decidiu voltar com a campanha “Fogo bão é no fogão”. A campanha busca sensibilizar a população residente nas proximidades das UCs do mosaico sobre o risco das queimadas. Nogueira *et al* (2011) aponta que no período de 1997 a 2009, 85% dos focos de queimadas na região do mosaico ocorreram em áreas de baixa altitude, justamente por serem áreas de maior ocupação humana e estradas, estando sujeitas a incêndios. O cartaz abaixo é o informativo da campanha utilizado no ano de 2010 (Figura 25).

Figura 24: Cartaz Campanha Fogo bão é no fogão



Fonte: Site Mosaico Mantiqueira

Esse tipo de campanha ajuda na divulgação do mosaico, e mais importante, ajuda a sensibilizar e educar os moradores da região das práticas que possam prejudicar os ecossistemas da região. Esse tipo de atividade de Educação Ambiental é fundamental para que se tenha um ambiente ecologicamente equilibrado.

Mas requer a ação e empenho das UCs que compõem o mosaico para que a campanha de fato surta efeito. Na primeira experiência da campanha foi divulgado além de um folheto nas rodovias que cortam a região, um informativo nas rádios sobre a campanha, e na reunião do Conselho foi definido que os meios digitais do mosaico (site, página do *Facebook* e *Instagram*) devem ser atualizados ou criados para servirem também como veículos de divulgação, não só da campanha “Fogo bão é no fogão”, mas de outras também.

Ainda sobre os problemas nos focos de queimadas na região, o conselho propôs a criação de um Plano de Manejo de fogo para algumas áreas da região. Articulando-se com outros órgãos para que esse plano aconteça.

Gidsicki (2013) propôs um protocolo autoavaliativo de efetividade de MUCs a ser aplicado aos gestores do mosaico, dividido hierarquicamente em ambitos, princípios, critérios e indicadores. Cada gestor avalia dando notas de 0 a 3 para cada indicador, onde 0 é sem efetividade e 3 tem alta efetividade, possibilitando assim atribuir valores quantitativos a indicadores qualitativos. A média aritmética dos indicadores determina a nota dos critérios, e seguindo a mesma lógica a nota para os princípios e ambitos.

O resultado final da classificação da efetividade de um MUC é de acordo com o valor final, sendo que quando o valor da nota for 0 ou <35% de indicadores efetivos o mosaico é sem efetividade; 1 ou 36-50% baixo grau de efetividade; 2 ou 51-75% médio grau de efetividade e 3 ou 75-100% alto grau de efetividade. A partir da avaliação são verificados quais os pontos fracos do mosaico, sendo possível planejar a partir disto ações para o seu fortalecimento.

No entanto o protocolo trata-se de uma proposta, e não foi aplicado pelo autor, sendo reconhecido esse trabalho somente após o envio dos questionários via *Google Forms* aos conselheiros das UCs, sendo de interesse aplicar tal protocolo para dar continuidade nessa pesquisa.

Oliveira (2017) aplicou o protocolo proposto por Gidsicki (2013) no Mosaico Mantiqueira, tendo como resultado a efetividade em 16 dos 46 indicadores, 6 dos 17

critérios, 1 dos 8 princípios e 1 dos 3 âmbitos. O resultado final foi o mosaico apresentando <35%, ou seja, baixa efetividade. A autora, entretanto aponta:

“[...] o Mosaico Mantiqueira realiza diversas ações e cooperações para a proteção da biodiversidade em seu território e, portanto, não faria sentido uma avaliação deste tipo. Uma vez que a avaliação por meio do protocolo utilizado tem caráter auto avaliativo pelos conselheiros, seria interessante se a coordenação do mosaico se voltasse para a formação de seu conselho, sobre o papel do mosaico e mantê-los sempre informados das ações que vêm ocorrendo no mesmo” (OLIVEIRA, 2017. p 101).

Com base na resposta dos questionários, nos relatos contidos nas atas das reuniões do Conselho, o que foi visto durante a 44ª reunião do Conselho Consultivo e a avaliação do mosaico feita por Oliveira (2017), é possível perceber que o Mosaico Mantiqueira vem desenvolvendo atividades que buscam integrar as UCs que o compõem. Entretanto falta articulação e comprometimento entre os gestores das UCs, para de fato empregarem o caráter integrador da gestão que o mosaico propõe.

A distância entre as sedes das UCs e conseqüentemente o deslocamento necessário para os encontros pode ser um fator que prejudique a interação, mas é essa mesma interação que possibilitará a superação dessas distancias físicas.

A integração depende das ações adotadas pelo gestor da UC, bem como a disponibilidade e interesse em participar e propor ações para o mosaico. Cabendo ao mosaico reunir e discutir quais as melhores ações a serem tomadas para que sua efetividade seja plena e a finalidade de conservação da biodiversidade e dos recursos naturais aconteça.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou compreender o funcionamento do Mosaico Mantiqueira, identificar os problemas de gestão e as atividades desenvolvidas na região do mosaico.

Foi identificado que as UCs que compõem o mosaico sofrem na sua grande maioria de problemas semelhantes. Foi relatado nos questionários e também durante a reunião do Conselho Consultivo, problemas com queimadas nas épocas de seca, por exemplo, que afetam bastante a região.

As ausências de Plano de Manejo em oito UCs que compõem o Mosaico da Mantiqueira representam uma grande desvantagem diante ao manejo e gestão de suas UCs. Mas o principal problema que aflige o Mosaico Mantiqueira, é o que na realidade é comum a praticamente todas UCs no país, é falta de recursos financeiros e de pessoal. Muitos dos funcionários das UCs estão em processo de aposentadoria, alguns já se aposentaram e como não é realizado concurso do ICMBIO desde 2014 verifica-se uma defasagem entre entrada e saída dos funcionários nas UCs.

E são problemas que os gestores das UCs acreditam que possam ser mitigados graças à cooperação e integração proposta pelo mosaico. O estreitamento entre os diferentes órgãos ambientais, o compartilhamento de experiências, a troca de informações entre os gestores foram apontadas como benefícios que a instituição do mosaico proporciona.

Cabe destacar, por exemplo, a experiência que será iniciada no PARNA Itatiaia, com a exploração de atividades turísticas pela empresa BRParques, que no contrato prevê a realização de melhorias na infraestrutura do parque. Durante a reunião do conselho foi proposto que a partir da experiência desenvolvida no PARNA Itatiaia, as outras UCs avaliariam se esse tipo de serviço seria interessante de ser implementado nas outras UCs do mosaico.

A gestão integrada proposta pela criação de um mosaico, entretanto, perpassa por problemas que vão desde a falta de interesse do gestor da UC em participar das reuniões do mosaico, até mesmo a falta de recurso que possibilite o transporte até a reunião, bem como a contribuição e incentivo a pesquisas acadêmicas sobre o mosaico e as UCs, sendo demonstrados pouca motivação e comprometimento dos gestores ao não responderem a presente pesquisa, comprometendo os resultados da mesma. No entanto, é de se compreender que muitos possam não ter tido tempo de responder, diante a grande demanda de trabalhos empregados aos gestores.

Os gestores da UCs necessitam ter maior responsabilidade, e possuem condições de participar das reuniões do Conselho, para pensar para além dos limites da UC em que atuam. Para isso são necessárias melhores condições de trabalho e incentivos do governo aos analistas e gestores das UCs para obtenção de atuações mais proativas dos servidores, já que muitos encontram desmotivados diante a atual situação de crise ambiental em que vivemos, além da insegurança de serem mantidos nos seus atuais cargos, já que muitos são concedidos as UCs por cargo comissionado e não por concurso.

Em suma, a baixa efetividade da implementação do Mosaico Mantiqueira diagnosticada por Oliveira (2017) e por esta pesquisa preliminar são considerados de fácil alcance para reversão do quadro atual do mosaico, já que com a própria interação proporcionada pelas UCs pode haver melhorias na integração, e as plataformas digitais podem possibilitar reuniões a distância para aqueles que não puderem comparecer, justificando sua falta.

Conclui-se que o amadurecimento do modelo de gestão proposta por um MUC é fundamental para que os problemas de implementação sejam superados, além disso, verifica-se que o apoio dos órgãos ambientais responsáveis pelas UCs e dos seus gestores é fundamental, tanto do ponto de vista financeiro como de gestão de pessoas.

8. REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. **Os Domínios de Natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

DIEGUES, A. C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 3ª Edição, 2001.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, Roseli Senna (Org.). **Conservação da Biodiversidade Legislação e Políticas Públicas**. 1. ed. Brasília: Edições Câmara, 2010. p. 341-385. Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/708/1/conservacao_biodiversidade.pdf. Acesso em: 07 nov. 2018.

FISCHER, D. **De Corredor a Mosaico: Estratégias de Diferentes Governos Para um Mesmo Fim?**. 2014. 201 p. Tese (Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/37216>. Acesso em: 17 nov. 2018

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **O Cuidado da Natureza: A Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992**. Textos de História, [S.l.], v. 17, n. 1, p. 59-84, jan. 2009. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/1666>. Acesso em: 04 nov. 2018.

FRANCO, J. L.; SCHITTINI, G. M.; BRAZ, V. S. **História da Conservação da Natureza e das Áreas Protegidas: Panorama Geral**. *Historiæ*, Rio Grande, v. 6, n. 2, p. 233-270, jan. 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/5594>. Acesso em: 11 out. 2018.

GIDSICKI, D. **Protocolo de Avaliação de Efetividade de Gestão de Áreas Protegidas no Brasil**. 2013. 91 p. Dissertação (Mestrado em Gestão de Áreas Protegidas na Amazônia)- Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, São Paulo, 2013. Disponível em: <http://bdtd.inpa.gov.br/handle/tede/1070>. Acesso em: 20 out. 2018.

GIMPEL, J. **A Revolução Industrial da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

HERRERA, B. Anexo 1. **Mosaicos de Áreas Protegidas**. In: Delelis, C. J., Rehder, T.; Cardoso, T. M. Mosaicos de áreas protegidas: reflexões e propostas da Cooperação Franco- Brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, MMA; Embaixada da França no Brasil - CDS, UnB, 2010.

JUNIOR, H. G.; OLIVATO, D. **Unidades de Conservação e Política Ambiental no Brasil**. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 2005, Universidade de São Paulo. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina...

[S.l.: s.n.], 2005. p. 5672-5690. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiapolitica/12.pdf>. Acesso em: 19 nov. 2018

LEIS, H. R.; D'AMATO, J. L. **O Ambientalismo Como Movimento Vital: Análise de Suas Dimensões Histórica, Ética e Vivencial**. Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável, Recife, p. 44-61, out. 1994. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/dipes-fundaj/uploads/20121129023744/cavalcanti1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2018

LINO, C. F.; ALBUQUERQUE, J. L. (Org.). **Mosaico de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar**. 1. ed. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 96 p. v. 1. Disponível em: http://www.rbma.org.br/programas/docs_programas/mosaicos_corredores_ecologicos/01_05_13.pdf. Acesso em: 25 out. 2018.

LOPES, J. G.; VIALÔGO, T. M. L. **Unidades de Conservação no Brasil**. Revista JurisFIB, Bauru, v. 4, n. 4, p. 79-109, dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistajurisfib.com.br/artigos/1395777098.pdf>. Acesso em: 29 out. 2018.

MACIEL, B. A. **Mosaico de unidades de conservação: uma estratégia de conservação para a Mata Atlântica**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2722/1/Dissert_Bruno.pdf. Acesso em: 04 out. 2018.

MEDEIROS, R. **Evolução das Tipologias e Categorias de áreas Protegidas no Brasil**. Ambiente & Sociedade, [S.l.], v. IX, n. 1, p. 41-64, jan. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2018.

MEDEIROS, R.; ARAÚJO, F. F. S. (Org.). **Dez Anos do Sistema Nacional de unidades de Conservação: Lições do Passado, Realizações Presentes e Perspectivas Para o Futuro**. 1. ed. Brasília: MMA, 2011. 172 p. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf2008_dap/_publicacao/149_publicacao06072011055754.pdf. Acesso em: 13 nov. 2018

MELO, G. M.; IRVING, M. A. **Mosaicos de unidades de conservação: desafios para a gestão integrada e participativa para a conservação da natureza**. Geografias, Belo Horizonte, v. 10, n. 2, p. 46-58, jul. 2014. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/viewFile/617/484>. Acesso em: 07 nov. 2018.

MINC, C.. **Ecologia e cidadania**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1998. 128 p.

MITTERMEIER, R. A. *et al.* **Uma Breve História da Conservação da Biodiversidade no Brasil**. Megadiversidade, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 14-21, jul. 2005.

NOGUEIRA, J. M. P. et al. **Ocorrência de focos de queimadas na Região do Mosaico Mantiqueira em função da cobertura vegetal e gradiente de altitude**.

Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba, p. 3158-3165. mai. de 2011.

MONOSOWSKI, E. **Políticas ambientais e desenvolvimento no Brasil**. Cadernos FUNDAP, São Paulo, ano 9, n.16, p. 15-24, 1989.

MORETTI, A. I. P. **Mapeamento de corredores ecológicos na APA Fernão Dias - MG a partir de técnicas de geoprocessamento e análise espacial**. 2011. 126 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286975>. Acesso em: 19 ago. 2018.

OLIVEIRA, L. D. **A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável: Um Estudo Sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)**. 2011. 298 p. Tese (Doutor em Geografia)- Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/287540/1/Oliveira_LeandroDias_de_D.pdf. Acesso em: 14 nov. 2018

OLIVEIRA, A. C. M. **Avaliação da Efetividade de gestão dos Mosaicos de Áreas Protegidas do Estado do Rio de Janeiro**. 2017. Dissertação (Mestre em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, [S.l.], n. 24, p. 71-82, dez. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/21542>. Acesso em: 17 nov. 2018

PELLIN, A.; PELLIN, A.; SCHERER, M. E. G. **Levantamento dos Mosaicos de Áreas Protegidas Criados em Território Nacional e de Estratégias para a sua Gestão**. Anais do Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, [S.l.], v. 4, p. 85-96, jun. 2016. Disponível em: <http://revista.ecogestaobrasil.net/v4n7/v04n07a18.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PINHEIRO, M. R. (Org.). **Recomendações para reconhecimento e implementação de mosaicos de áreas protegidas**. 2. ed. Brasília: GTZ, 2010. 82 p. v. 1. Disponível em: http://www.rbma.org.br/programas/docs_programas/mosaicos_corredores_ecologicos/recomendacoes_para_reconhecimento_e_implementacao_de_mosaicos.pdf. Acesso em: 14 out. 2018

SELL, E. B. D. **Lei da Mata Atlântica: Uma Reflexão Acerca da Proteção da Vegetação Nativa nas Áreas Urbanas e Regiões Metropolitanas**. 2015. 42 p. Monografia (Pós-Graduação em Direito Ambiental)- Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoças, 2015. Disponível em: http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/110901_Eliza.pdf. Acesso em: 17 nov. 2018

ROSA, C. A.; PINTO, I. A.; JARDIM, N. S. Controle do Javali na Serra da Mantiqueira: um Estudo de Caso no Parque Nacional do Itatiaia e RPPN Alto Montana. **Biodiversidade Brasileira**, [S.l.], 2018

TEIXEIRA, D. R. et al. **Descrição e Análise Quantitativa da Composição e Grau de Participação dos Atores Públicos e Privados nos Conselhos de Unidades de Conservação e Mosaicos Federais segundo o Arcabouço Legal**. In: V ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2010, Florianópolis. V Encontro Nacional da Anppas... [S.l.: s.n.], 2010. p. 1-15. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT16-174-100-20100830225641.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2018.

TAMBELLINI, M. T. **Mosaico como modelo de gestão de áreas protegidas: análise conceitual e processos de implantação**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de Mestrado). Disponível em: <http://hm-jbb.ibict.br/handle/1/416>. Acesso em: 04 out. 2018.

VIOLA, E. J.; VIEIRA, P. F. **Da Preservação da Natureza e do Controle da Poluição ao Desenvolvimento Sustentável: Um Desafio Ideológico e Organizacional ao Movimento Ambientalista no Brasil**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 26, n. 4, p. 81-104, jan. 1992. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8724>. Acesso em: 15 nov. 2018.

ANEXOS

ANEXO I



Questionário de pesquisa sobre o Mosaico da Mantiqueira – Organizado pelos autores deste trabalho – Diogo da Costa Peixoto e Karine Bueno Vargas

Nome:

Unidade de Conservação:

Cargo:

1 - Como você entende por Mosaico de UCs? (resposta livre)

2 - Você acredita que o Mosaico Mantiqueira está assumindo seu papel de unidade integradora de gestão de UCs?

– Sim

– Não

– Não sei opinar

3 – Quais desses pontos você acredita que a instituição do Mosaico da Mantiqueira fortaleceu na UC em que trabalha? Marque mais de uma opção se necessário.

– Integração e aproximação entre os gestores das UCs

– Melhoria no diálogo com os diferentes órgãos ambientais envolvidos no mosaico (ICMBio, IEF – MG e Instituto Florestal – SP)

– Fortalecimento operacional de atividades, como combate a incêndios

– Compartilhamento de experiências e conhecimentos

– Aumento no desenvolvimento da educação ambiental na região

– Aproximação e maior participação com os vizinhos da UC (populações residentes, indústrias, agricultores e etc.)

– Aumento na conectividade entre os ecossistemas

– Diminuição de atividades que apresentem riscos ambientais

– Apoio para a regularização fundiária de pessoas residentes nos limites da UC

4 – A UC em que trabalha costuma participar das reuniões do Conselho do Mosaico Mantiqueira?

– Sim

– Não

– Não sei opinar

5 – Qual a frequência das reuniões do Conselho do Mosaico Mantiqueira em média?

– 1 vez por mês

– 1 vez por trimestre

– 1 vez por semestre

– 1 vez por ano

– Não sei opinar

6 – As reuniões do Conselho do Mosaico Mantiqueira permitem atender adequadamente a pauta de temas e discussões do mosaico?

– Sim

– Não

– Não sei opinar

7 – Do seu ponto de vista o SNUC é esclarecedor sobre a composição de um Mosaico de UC?

– Sim

– Não

– Não sei opinar

8 – Quais os principais problemas/conflitos que a UC em que trabalha sofre?

9 – Como você acredita que possam ser superados, ou ao menos mitigados esses problemas, diante a colaboração e articulação das UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira?

10 – Você teria sugestões para um melhor funcionamento do Mosaico Mantiqueira como unidade integradora de UCs?

Anexo 2

PORTARIA No- 351, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2006

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei no 9.986, de 18 de julho de 2000 e nos arts. 8o, 9o, 17 a 20 do Decreto no 4.340 de 22 de agosto de 2002, e o que consta do Processo no 02000.004417/2006-71, resolve:

Art. 1o Reconhecer como mosaico de unidades de conservação da região da Serra da Mantiqueira, o Mosaico Mantiqueira, abrangendo as seguintes unidades de conservação e zonas de amortecimento:

I - do Estado do Rio de Janeiro:

a) sob a gestão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA:

1. Parque Nacional do Itatiaia;

b) sob a gestão da Agência de Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Resende-RJ:

1. Parque Municipal da Serrinha do Alambari;

2. Parque Municipal da Cachoeira da Fumaça;

3. Área de Proteção Municipal da Serrinha do Alambari;

II - do Estado de São Paulo:

a) sob a gestão do IBAMA:

1. Floresta Nacional de Lorena;

2. Área de Proteção Ambiental dos Mananciais do Rio Paraíba do Sul;

b) sob a gestão do Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo-IF/SMA:

1. Parque Estadual dos Mananciais de Campos de Jordão;

2. Parque Estadual de Campos de Jordão;

c) sob a gestão da Coordenadoria de Planejamento Ambiental Estratégico e Educação Ambiental Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo-CPLEA/SMA:

1. Área de Proteção Ambiental de Campos de Jordão;

2. Área de Proteção Ambiental de Sapucaí Mirim;

3. Área de Proteção Ambiental São Francisco Xavier;

d) sob a gestão da Prefeitura da Estância de Campos de Jordão:

1. Área de Proteção Ambiental Municipal de Campos de Jordão;

III) do Estado de Minas Gerais:

a) sob a gestão do IBAMA:

1. Área de Proteção Ambiental Serra da Mantiqueira;

2. Floresta Nacional de Passa Quatro;

b) sob a gestão do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais:

1. Parque Estadual da Serra do Papagaio;

2. Área de Proteção Ambiental Fernão Dias;

c) sob a gestão privada:

1. Reserva Particular do Patrimônio Natural Ave Lavrinha;

2. Reserva Particular do Patrimônio Natural Mitra do Bispo;

e

3. Reserva Particular do Patrimônio Natural Alto Gamarra.

Art. 2º O Mosaico Mantiqueira contará com apoio de um Conselho Consultivo, que atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação constantes do art. 1º desta Portaria.

Art. 3º O Conselho Consultivo terá a seguinte composição:

I - representação governamental:

a) os chefes, administradores ou gestores das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Mantiqueira;

II - representação da sociedade civil:

a) um representante para cada unidades de conservação públicas federais, estaduais e municipais listadas no art. 1º desta Portaria, preferencialmente indicado pelo seu Conselho Consultivo ou pelo gestor da unidade, quando não houver conselho;

b) um representante para cada unidade de conservação privada que compõe o Mosaico Mantiqueira;

Art. 4º Ao Conselho Consultivo compete:

I - elaborar seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instituição;

II - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
 2. o acesso às unidades;
 3. a fiscalização;
 4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
 5. a pesquisa científica;
 6. a alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos com significativo impacto ambiental;
- b) a relação com a população residente na área do mosaico.

III - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades; e

IV - manifestar-se, quando provocado por órgãos executor, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente-SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do mosaico.

Art. 5o O Conselho Consultivo será presidido por um dos chefes das unidades de conservação abrangidos pelo Mosaico Mantiqueira, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 6o O mandato de conselheiro será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 7o O presidente do Conselho Consultivo poderá convidar representantes de outros órgãos governamentais, não governamentais e pessoas de notório saber, para contribuir na execução dos seus trabalhos.

Art. 8o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SILVA

Anexo 3

Mosaico de Unidades de Conservação da Serra da Mantiqueira

Conselho Consultivo Mosaico Mantiqueira

Instituído pela Portaria N. 351/2006 - MMA

REGIMENTO INTERNO

Estabelece o Regimento Interno do
Conselho Consultivo do Mosaico da Serra da Mantiqueira.

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - O Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira é um órgão colegiado, de caráter consultivo, composto por entidades governamentais e não-governamentais, instituído pela Portaria n.º 351 de 11 de dezembro de 2006 do Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o disposto na Lei nº 9985, de 18 de junho de 2000 e seu regulamento Decreto Federal nº 4340, de 22º de agosto de 2002.

Art. 2º – O Conselho tem sede e foro na sede da instituição que estiver exercendo a sua presidência.

Capítulo II

Da Finalidade e da Competência

Art. 3º - O Conselho atuará como instância de gestão integrada das unidades de conservação pertencentes ao Mosaico Mantiqueira e para o cumprimento dos objetivos que constam na portaria, em vigor, de estruturação do Mosaico.

Art. 4º - Compete ao Conselho:

I - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar:

a) as atividades desenvolvidas em cada unidade de conservação, tendo em vista, especialmente:

1. os usos na fronteira entre unidades;
2. os acessos às unidades;
3. a fiscalização;
4. o monitoramento e avaliação dos Planos de Manejo;
5. a pesquisa científica;
6. a) alocação de recursos advindos da compensação referente ao licenciamento ambiental de empreendimentos;

b) a relação com a população residente na área do Mosaico.

II - manifestar-se sobre propostas de solução para a sobreposição de unidades;

III - manifestar-se, quando consultado por órgãos executores, por conselho de unidade de conservação ou por outro órgão do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, sobre assunto de interesse para gestão do Mosaico Mantiqueira.

IV- viabilizar a integração das unidades de conservação que compõem este Mosaico;

V - compatibilizar sempre que possível, os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com as unidades de conservação do Mosaico;

VI - manifestar-se, a pedido da presidência do Conselho ou de qualquer um de seus membros, sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto nas unidades de conservação pertencentes ao Mosaico Mantiqueira;

VII – divulgar ações, projetos e informações sobre o Mosaico Mantiqueira, bem como as resoluções do Conselho nos diversos meios de comunicação, promovendo a transparência da gestão;

VIII – propor e apoiar o desenvolvimento de pesquisa e tecnologias alternativas para a conservação, o uso e a recuperação dos recursos naturais no Mosaico Mantiqueira;

IX– propor a criação de Grupos de Trabalho;

X – elaborar e aprimorar o regimento interno.

Capítulo III

Da Composição do Conselho

Art. 5º – Compõem o Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira, os órgãos e entidades que constam na portaria em vigor de estruturação do Mosaico.

Parágrafo único - A representação dos órgãos públicos e de organizações da sociedade civil deverá, sempre que possível, ser paritária.

Art. 6º - Cada entidade contará com um representante titular e um suplente para compor o Conselho.

§ 1º - Caberá ao gestor de cada unidade de conservação pública exercer a titularidade.

§ 2º - Caberá ao proprietário de cada unidade de conservação privada indicar o representante titular e suplente.

Art. 7º - As representações da sociedade civil serão indicadas pelo Conselho Consultivo ou pelo gestor das unidades de conservação públicas e deverão ser apresentadas ao Plenário.

Parágrafo único – Para habilitação e credenciamento das entidades da sociedade civil

deverão ser apresentados:

1. Estatuto ou regimento da entidade no que se refere à atuação compatível com os objetivos e atividades do Mosaico Mantiqueira;
2. Ata da reunião de posse da diretoria atual;
3. Documento ofício de indicação dos representantes, titular e suplente, no conselho;
4. Histórico de atuação na área de abrangência do Mosaico da Mantiqueira.

Art. 8º - O mandato do conselheiro é de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Capítulo IV

Da Estrutura do Conselho

Art. 9º - O Conselho Consultivo é formado por:

I – Diretoria

II – Plenário

Seção I

Da Diretoria

Art. 10 - A diretoria do Conselho Consultivo será constituída pela presidência, vice-presidência, secretaria executiva e vice-secretaria executiva.

Art. 11 - O Conselho Consultivo será presidido por um dos chefes das UC que compõem o Mosaico Mantiqueira, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Art. 12 - Os cargos de vice-presidência, secretaria executiva e vice-secretaria executiva serão eleitos entre os membros do Conselho, escolhido pela maioria simples de seus membros.

Subseção I

Da Presidência

Art. 13 - Compete ao Presidente do Conselho Consultivo:

I - convocar e presidir as sessões do Plenário;

II - dirigir os trabalhos do Conselho;

III – aprovar, com as sugestões dos demais membros do Conselho, as pautas das reuniões e garantir que sejam enviadas com antecedência;

IV - assinar as decisões do Plenário juntamente com a Secretaria Executiva;

V - assinar, em conjunto com a Secretaria Executiva, as atas das reuniões, após lidas e aprovadas e encaminhá-las para a assinatura dos presentes;

VI – assinar as proposições do Conselho e encaminhar para divulgação;

VII - designar relatores e requisitar serviços dos conselheiros;

VIII - instituir e extinguir Grupos de Trabalho;

IX - representar o Conselho do Mosaico Mantiqueira ou delegar sua representação a vice-presidência;

X - tomar decisões, de caráter urgente, ad referendum do Plenário, a serem submetidas ao Plenário na próxima sessão do Conselho;

XI - exercer outras atividades correlatas que lhe forem conferidas pelo Conselho;

XII - fornecer informações necessárias ao adequado funcionamento do Conselho;

XIII - acompanhar as ações desenvolvidas nas Unidades de Conservação, em decorrência das Proposições do Conselho;

Subseção II

Da Vice-presidência

Art. 14 - A vice-presidência deverá ser representada por um dos chefes das UC que compõem o Mosaico Mantiqueira, eleito por maioria simples de seus membros.

Art. 15 - Ao Conselheiro Vice-Presidente, além de suas funções normais como integrante do conselho, compete:

I - substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou quando for delegado;

II - representar o Conselho do Mosaico Mantiqueira, por delegação do Presidente, em atos ou solenidades;

III – assessorar o Presidente em todas as suas funções.

Subseção III

Da Secretaria Executiva

Art. 16 – A Secretaria Executiva deverá ser representada por uma das instituições do conselho, eleita por maioria simples de seus membros.

Art. 17 - O mandato da Secretaria Executiva será de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público.

Art. 18 – Compete à Secretaria Executiva:

I - propiciar suporte ao Conselho para suas atividades de administração e para seus trabalhos técnicos;

II - secretariar as reuniões do Conselho, elaborar as atas, bem como organizar e manter arquivada toda documentação relativa às atividades do Conselho do Mosaico Mantiqueira;

III - apoiar as atividades dos Grupos de Trabalho;

IV - diligenciar para que as decisões do Conselho sejam fielmente cumpridas;

V - encaminhar aos órgãos competentes e divulgar as proposições do Conselho;

VI - colher dados e informações necessárias à complementação das atividades do Conselho;

VII – receber dos membros sugestões de pauta das reuniões;

VIII - encaminhar, por determinação da Presidência, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a pauta das reuniões do Conselho e distribuir aos conselheiros os documentos referentes aos assuntos a serem tratados, inclusive a Ata da Reunião anterior;

IX - manter a Presidência informada dos prazos de análise e complementação das atividades dos Grupos de Trabalho constituídos;

X - estabelecer parcerias de forma a facilitar o exercício de suas funções;

XI - participar, com a presidência, na promoção da integração entre as UCs componentes do Mosaico Mantiqueira, bem como na articulação entre os setores público, privado e sociedade civil;

XII - executar demais tarefas inerentes ao cargo.

Subseção IV

Da Vice-Secretaria Executiva

Art. 19 - A Vice-Secretaria Executiva deverá ser representada por um dos membros do conselho, eleito por maioria simples dos seus membros.

Art. 20 - Compete a Vice-Secretaria Executiva auxiliar direta e imediatamente a secretaria executiva, em todas as suas funções, cumprindo substituí-la em suas faltas, impedimentos ou quando for delegada.

Seção II

Do Plenário

Art. 21 - O Plenário é a instância superior de proposição do Conselho do Mosaico Mantiqueira, sendo constituído por todos os representantes das entidades membros, referidos na portaria em vigor de estruturação do Mosaico Mantiqueira.

Art. 22 - Compete aos membros do Plenário do Conselho:

I - comparecer às reuniões;

II – orientar e acompanhar o desenvolvimento de programas, projetos e atividades ligados ao Mosaico Mantiqueira, de forma a harmonizar e compatibilizar suas ações;

III - debater e votar as matérias em discussão, emitindo relatórios e proposições;

IV - requerer informações, providências e esclarecimentos à Diretoria;

V – acusar o recebimento de comunicados e convocações enviados pela Diretoria;

VI – propor a criação, aprovar e integrar os Grupos de Trabalho, bem como propor a extinção dos mesmos;

VII - propor ações, temas e assuntos para discussão no Conselho;

VIII - alterar este Regimento, desde que em reunião convocada pelo presidente do Conselho para este fim, com a maioria simples de seus membros;

IX – alterar a composição do Conselho do Mosaico Mantiqueira, desde que em reunião convocada pelo presidente do Conselho para este fim, com a maioria simples de seus membros;

X - zelar pela ética do Conselho.

XI - propor alteração na composição da diretoria:

a.) A alteração mencionada poderá ocorrer a qualquer tempo, desde que devidamente justificada, em reunião especialmente convocada para este fim, com a presença de pelo menos dois terços de seus membros, resguardando-se oportunidade de esclarecimento por parte do(s) membro(s) da diretoria em questão.

b.) A convocação para a reunião referida deverá ter comprovação de recebimento por parte dos membros do conselho.

Capítulo V

Dos Grupos de Trabalho

Art. 23 - Os Grupos de Trabalho terão caráter temporário e serão compostos pelos membros do plenário ou por pessoas de notório saber, em diferentes áreas do conhecimento, convidados pelo coordenador do grupo de trabalho a colaborar, prestando apoio técnico e científico em caráter temporário ao Conselho sobre assuntos de relevante interesse do Mosaico Mantiqueira.

§ 1º - Os grupos de trabalho serão acionados pelo Presidente sempre que o Plenário considerar necessário e por período pré-determinado, sendo os mesmos dissolvidos se esgotados os assuntos relativos às matérias submetidas a sua apreciação por ato do Presidente do Conselho.

§ 2º - Os Grupos de Trabalho têm por finalidade estudar, analisar e emitir parecer e resumo sobre assuntos específicos que lhes forem encaminhados pela Presidência, e reunir-se-ão sempre que necessário para possibilitar a elaboração de seus pareceres.

§ 3º - O Plenário indicará os coordenadores dos grupos de trabalho, a serem designados pela Presidência.

§ 4º - Os conselheiros componentes dos grupos de trabalho exercerão suas atividades em caráter voluntário.

§ 5º - Caberá à Diretoria, no ato que institui a criação do grupo de trabalho, definir as regras de funcionamento deste grupo.

Capítulo V

Das reuniões

Art. 24 - O Plenário do Conselho reunir-se-á:

I – ordinariamente, 4 vezes ao ano, sendo uma a cada 3 meses, conforme calendário anual aprovado na última reunião do ano anterior a vigência;

II - extraordinariamente, por iniciativa do Presidente ou da maioria simples de seus membros, mediante exposição de motivos e justificativa para sua realização:

a) A reunião deverá ser convocada com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias contados a partir do recebimento da solicitação.

Art. 25 - O Plenário do Conselho reunir-se-á em sessão pública.

§ 1º - As reuniões do Plenário terão início, respeitando o número de membros presentes, de acordo com a seguinte ordem de abertura, com intervalo de quinze minutos entre as mesmas:

a) em primeira chamada, com presença de pelo menos metade mais um de seus membros;

b) em segunda chamada, com presença de pelo menos um terço de seus membros;

§ 2º - as proposições do plenário serão tomadas por maioria simples dos votos dos seus membros presentes.

§ 3º - qualquer pessoa, devidamente inscrita, poderá participar das reuniões do plenário, sem direito a voto, resguardado o adequado andamento dos trabalhos.

Art. 26 - As reuniões ordinárias do plenário serão presididas pelo presidente do conselho e terão sua pauta preparada pela secretaria executiva e aprovada pelo presidente e membros do conselho, da qual constará necessariamente:

I- abertura da sessão, leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II- leitura do expediente, das comunicações da ordem do dia e aprovação da pauta;

III - apresentação, discussão e votação dos assuntos da pauta;

IV- informes gerais;

V- encerramento.

§ 1º - a leitura da ata poderá ser dispensada por requerimento de conselheiro, mediante aprovação do plenário.

§ 2º - extraordinariamente novos assuntos poderão ser incluídos na pauta, desde que

aprovados pelo Plenário.

Art. 27 – Será lavrada uma ata em cada reunião do Plenário. A Secretaria Executiva do Conselho Consultivo terá o prazo de 10 dias contados a partir do dia da assembléia para enviá-la aos presentes na reunião, no caso da ata não ter sido lavrada no mesmo dia da reunião.

Art. 28 – As decisões do Conselho serão consubstanciadas em proposições e, após assinadas pelo Presidente, encaminhadas e divulgadas.

Art. 29 - As atas deverão ser redigidas de forma sucinta, coladas em livro próprio e assinadas pelos membros que participaram das reuniões que as originaram.

Art. 30 - Os assuntos não apreciados por insuficiência de tempo ficam automaticamente constando como prioridade da pauta da reunião seguinte.

Capítulo VI

Da perda do mandato e da vacância

Art. 31 – Ocorrerá a vacância do mandato de representante da instituição ou entidade membro do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira, exceto para as Unidades de Conservação Públicas e Privadas, o representante que:

I – Solicitar oficialmente ao Presidente do Conselho o seu descredenciamento;

II – Perder o mandato;

III – Por outro motivo, por decisão do Plenário.

Art. 32 - A ausência não justificada da instituição ou entidade membro do Conselho do Mosaico Mantiqueira a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no decorrer de dois anos, implicará na perda do mandato e no desligamento automático da(s) entidade(s).

Parágrafo único - O caput deste artigo não se aplica aos membros representantes das unidades de conservação públicas e privadas.

Art. 33 - Na hipótese do artigo 32, o Presidente do Conselho comunicará o fato a(s) respectiva(s) entidade(s).

Parágrafo único - Após duas ausências não justificadas do representante de uma instituição membro, o representante legal da instituição deverá ser notificado por escrito para que se manifeste ou efetue a substituição necessária.

Art. 34 – A perda do mandato da instituição membro do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira será oficializada em reunião do Plenário, sancionada pelo Presidente do Conselho Consultivo.

Art. 35 – Ocorrendo uma vacância na Diretoria, o Presidente do Conselho tomará as providências imediatas para que ocorra a eleição do novo membro na próxima reunião do Plenário.

Capítulo VII

Do processo eleitoral

Art. 36 – A eleição para renovação dos membros da Diretoria do Conselho Consultivo será realizada no período máximo de 60 (sessenta) dias e mínimo de 30 (trinta) dias que antecederem o término dos mandatos vigentes e pela maioria simples de seus membros.

Parágrafo único - na impossibilidade de realizar a eleição no período previsto no caput, serão convocadas reuniões extraordinárias com o objetivo de eleger a diretoria.

Art. 37 – As eleições serão convocadas pelo Presidente do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira que definirá as regras para o Processo Eleitoral, junto com a diretoria, tendo acesso à documentação, arquivos, cadastro e todo o material necessário à sua realização.

Capítulo VIII

Disposições Finais

Art. 38 - O Regimento Interno do Conselho poderá ser alterado mediante proposta dos membros do Conselho.

Parágrafo único - A aprovação das alterações a que se refere este artigo dar-se-á por maioria simples dos presentes.

Art. 39 - Os casos omissos deste regimento serão resolvidos em Plenária.

Art. 40 - Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua aprovação em Plenária.

Passa Quatro - MG, 25 de junho de 2009.

Clarismundo Benfica do Nascimento

Presidente do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira